

RELATÓRIO DAS LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA O ANO FINANCEIRO DE 2002

REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU
DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

20 de Novembro de 2001

Design e impressão: Imprensa Oficial do Governo da Região Administrativa Especial de Macau

RELATÓRIO DAS LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA O ANO FINANCEIRO DE 2002

Índice

Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China Linhas de Acção Governativa Ano Financeiro de 2002

Introdução 9

Primeira Parte

Balanço das acções do Governo da Região Administrativa Especial de Macau realizadas no ano 2001 11

1. Melhoramento da prestação de serviços ao público, fomento da cultura de servidor público.....12
2. Execução favorável da criação de estruturas e aperfeiçoamento de organismos.....13
3. Ordenamento e estabilidade social, consolidação e reforço da ordem pública e da legalidade.....14
4. Superação de inúmeros desafios e manutenção da vitalidade da economia 14
5. Desenvolver contactos com o exterior e estreitar relações com regiões vizinhas.....16
6. Conclusões da acção governativa.....16

Segunda Parte

Prioridades da acção governativa do Governo da Região Administrativa Especial de Macau para o ano 2002.....19

1. Acompanhar os ajustamentos da estrutura económica, empenhar-se na expansão e na inovação.....20
2. Continuar a melhorar as condições de investimento e de emprego.....22
3. Desenvolver as relações externas e reforçar a cooperação regional.....24
4. Elevar a eficiência administrativa e implementar a grande reforma.....26
5. Melhorar a qualidade de vida e garantir a harmonia da sociedade.....27
6. Formar a nova geração e promover o desenvolvimento dos quadros qualificados.....30

Terceira Parte

Solidariedade e confiança, empenho em prol da prosperidade.....33

Conclusão 39

Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2002 do Governo da Região Administrativa Especial de Macau

Síntese

Área da Administração e Justiça 45

Área da Economia e Finanças 51

Área da Segurança 59

Área dos Assuntos Sociais e Cultura 63

Área de Transportes e Obras Públicas 69

Comissariado contra a Corrupção 75

Comissariado de Auditoria 81

Projecto de Orçamento das Receitas e Despesas da Região Administrativa Especial de Macau para o ano de 2002

Síntese

Projecto de Orçamento das Receitas e Despesas da Região Administrativa Especial de Macau para o ano de 2002 (Síntese) 85

ERRATA

Na página 81, onde se lê «Comissarido», deve ler-se «Comissariado»

Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China

Linhas de Acção Governativa

Ano Financeiro de 2002

Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China Linhas de Acção Governativa Ano Financeiro de 2002

Chefe do Executivo Ho Hau Wah
20 de Novembro de 2001

Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Legislativa,
Excelentíssimos Senhores Deputados:

Hoje, ao participar no plenário da 2ª Legislatura da Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau, permitam-me, em primeiro lugar, endereçar os meus sinceros cumprimentos a todos os deputados desta nova Assembleia. Gostaria de apresentar, nos termos da Lei Básica e em representação do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, as Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2002 para apreciação desta Assembleia.

Introdução

Introdução

Já passaram quase dois anos desde que Macau regressou à Pátria e da criação da Região Administrativa Especial. Atravessado o momento de viragem para uma nova era e da fase preliminar de ajustamento e de adequação, hoje a situação social nos diversos campos de Macau foi consolidando estavelmente a sua forma de estar própria, a filosofia de vida e os valores da nova geração das gentes de Macau começam a apresentar o seu perfil. Mas o facto mais importante foi o reconhecimento e a aceitação geral dos princípios de "um país, dois sistemas", de "Macau governado pelas suas gentes" e com alto grau de autonomia, que cedo se transformaram em actos sociais e cultura política das pessoas de Macau.

Após a mudança histórica, o modelo da sociedade está basicamente redefinido, os serviços públicos, mercê das experiências acumuladas, estão a funcionar normalmente, permitindo ao Governo da RAEM reunir melhores condições para reflectir e tratar dos problemas durante o processo de acção governativa, bem como reavaliar, de acordo com o cenário e as perspectivas de desenvolvimento de Macau da nova era, quais as suas vantagens e limitações, potencialidades e riscos, oportunidades e desafios. Concomitantemente, o Governo ao planear os trabalhos relativos a acções governativas mais urgentes, tem que apresentar algumas estratégias perspectivadas para o futuro, que serão orientações das políticas do Governo a expor neste relatório de acção governativa.

Por outro lado, à semelhança de qualquer outra região, a RAEM, após ter iniciado o seu próprio percurso histórico, tem de enfrentar novos desafios e de criar oportunidades para o seu próprio desenvolvimento. Recentemente, a situação internacional sofreu mudanças, por todos conhecidas, e quase todo o mundo, incluindo Macau, foi afectado. Por isso, o desenvolvimento da RAEM sofreu alterações, tendo abrandado o seu ritmo de recuperação. Com vista a consolidar os resultados que, com esforço, vínhamos obtendo, o Governo da RAEM irá pôr em prática, no novo ano financeiro, iniciativas de acção governativa de natureza específica, no sentido de, em conjunto com a população, ultrapassar as dificuldades presentes e futuras, eliminar todos os factores que possam obstruir o progresso de Macau e fomentar a chegada da recuperação.

Graças aos esforços empenhados pelo Governo da RAEM desde a sua criação conseguimos, no ano passado, alguns resultados favoráveis na execução das acções governativas. Conseguimos superar o enfraquecimento geral da sociedade que se verificou no primeiro ano, tendo dado passos estratégicos na inovação de algumas questões importantes. A orientação das linhas de governação do Governo, traduzida na "Consolidação de bases e desenvolvimento firme" tem sido prosseguida de forma estável e favorável. As necessidades reveladas pelos diversos sectores da sociedade, obtiveram, em geral, resposta e equilíbrio através da governação do Governo. Estes trabalhos, que estão enunciados neste relatório das Linhas de Acção Governativa, constituem não só uma retrospectiva da acção do Governo no passado ano, mas também uma preparação geral da acção governativa para o próximo. Do mesmo modo, iremos ponderar as insuficiências das acções governativas numa atitude responsável. Naturalmente, o aperfeiçoamento dos aspectos que se consideram insuficientes será, sem dúvida, parte importante das acções governativas no futuro.

Primeira Parte

Balanço das acções do Governo da Região Administrativa Especial de Macau realizadas no ano 2001

Excelentíssima Senhora Presidente,
Excelentíssimos Senhores Deputados,

Permitam-me que comece por fazer uma breve retrospectiva do trabalho do Governo da RAEM no ano de 2001.

1. Melhoramento da prestação de serviços ao público, fomento da cultura de servidor público

No último ano, a prestação de serviços ao público, com base nos melhoramentos introduzidos, deu os primeiros passos na reforma administrativa, que se traduziu, principalmente, na implementação preliminar do programa "carta de qualidade" e "tratamento de queixas", permitindo, assim, que na primeira linha de contacto entre o Governo e a população, sejam gradualmente estabelecidos regimes de serviços por excelência e de responsabilização.

O programa "carta de qualidade" impulsionou, de forma estável, a eficiência do trabalho dos funcionários públicos, de modo a garantir um serviço de qualidade à população e reduzindo-lhes, ao máximo, os inconvenientes resultantes do dispêndio de tempo e de energias para além do razoável. Ao mesmo tempo, o tratamento de queixas passou a funcionar de forma independente e, para o seu acompanhamento, foi afecto pessoal específico com vista a garantir a sua qualidade, ritmo e continuidade.

Actualmente, a população começa a beneficiar do conceito de servidor público e da cultura de serviço amplamente fomentados pelo Governo pois, em muitos serviços que prestam atendimento ao público, os funcionários executam o seu trabalho com destreza e simpatia; os outros funcionários da retaguarda, têm demonstrado grande empenhamento, conhecimento e perícia na execução das suas tarefas, garantindo forte apoio ao trabalho desenvolvido pelos funcionários que contactam directamente com o público, o que permite manter a estabilidade dos serviços em prol da população.

No último ano, abriu-se uma nova página na tarefa de formação dos funcionários públicos com o arranque de uma série de cursos de formação para a preparação da sua missão na nova era.

Os referidos cursos abrangeram os funcionários públicos em geral, e tiveram por objectivo desenvolver-lhes o espírito de coesão e uma cultura de serviço. Nestes cursos, foram ministrados conceitos básicos do sistema político e jurídico da RAEM, que dotaram os formandos de um conhecimento mais aprofundado dos princípios "um país, dois sistemas", "Macau governado pelas suas gentes", com alto grau de autonomia e os consciencializaram

da importância do seu trabalho na execução das acções governativas, criando-se, assim, condições para que estas acções possam ser prosseguidas a todos os níveis dos serviços da Administração Pública.

Organizámos, pela primeira vez, cursos destinados aos quadros médios e superiores. A escolha destes quadros como destinatários dos cursos, significa que se passou a exigir aos funcionários uma maior assumpção de responsabilidades no exercício das suas funções, de acordo com os anseios da população em geral e como resposta a maiores exigências resultantes da elevação da consciência de servidor e da capacidade de direcção dos quadros da Administração, impostas pela nova era.

No decurso do ano anterior, os trabalhos de auditoria tiveram um maior desenvolvimento, conduzindo a uma maior dinamização na gestão dos serviços públicos. Muitos serviços públicos passaram a prestar uma maior atenção às questões da disciplina, pontualidade, assiduidade e nível de desempenho dos funcionários, tornando, assim, mais racional o aproveitamento dos recursos do Governo. Ao mesmo tempo, foram relevantes os trabalhos do Comissariado contra a Corrupção, o que produziu efeitos muito positivos na prevenção da prática de actos irregulares. O combate à corrupção e a promoção da honestidade passaram a constituir um importante elemento integrante do sistema administrativo do Governo.

Aumentar a eficiência da gestão dos serviços públicos, estimular e promover práticas salutares e correctas, reprimir hábitos prejudiciais e fenómenos corruptos, valorizando os funcionários públicos cumpridores, disciplinados, íntegros e dedicados, são factos que se repercutem favoravelmente na moralização dos funcionários e no aperfeiçoamento dos serviços.

2. Execução favorável da criação de estruturas e aperfeiçoamento de organismos

Em cumprimento da legislação e de acordo com as necessidades do Governo, após a criação da RAEM, ter-se-á de concluir, com a maior brevidade possível, as bases de organização e funcionamento de importantes organismos públicos, dando mais um passo na concretização de uma Administração Pública estruturalmente regulamentada, íntegra e racional.

O Governo da RAEM procedeu à fusão de duas fundações públicas de natureza semelhante, dando origem a uma nova fundação – a "Fundação Macau". Esta nova fundação irá fazer uso dos seus recursos de forma legal e racional, cooperando activamente com entidades públicas e privadas, ou concedendo-lhes subsídios, com o objectivo de promover o desenvolvimento social. Concluímos os respectivos estudos e análises sobre as duas câmaras municipais provisórias, criadas desde o estabelecimento da RAEM, que serão extintas de acordo com a lei, e será criado o "Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais" que, a par de optimizar os serviços municipais, irá fornecer outros serviços mais abrangentes à população em geral.

No corrente ano, foram ainda criados dois corpos disciplinares – os Serviços de Polícia

Unitários e os Serviços de Alfândega. A criação dos Serviços de Polícia Unitários irá permitir uma maior capacidade de comando único e operação conjunta do corpo de polícia. Com a entrada em funcionamento dos Serviços de Alfândega, foi concretizada a padronização da gestão da entrada e saída de produtos, o que irá contribuir para um desenvolvimento saudável dos sectores económico e comercial da RAEM.

3. Ordenamento e estabilidade social, consolidação e reforço da ordem pública e da legalidade

Durante o último ano, os serviços públicos de segurança e outros serviços relacionados, adoptaram medidas eficazes com vista a consolidar os resultados positivos que já tínhamos obtido no campo de segurança. A sociedade, em geral, manteve-se pacífica, ordenada e estável, tendo-se registado um notável decréscimo do número de crimes violentos. O evidente melhoramento da segurança em Macau foi motivo de satisfação por parte da população, dos investidores e dos turistas. No que respeita à prevenção de incêndios e calamidades, nomeadamente as tempestades tropicais, a estrutura de Protecção Civil desempenhou um trabalho notável. Depois da transferência de Macau, foi encorajado o espírito de justiça nas corporações, e melhorada a sua imagem na sociedade. A cooperação entre os diversos serviços de segurança tornou-se mais eficaz, assim como, nos trabalhos de cooperação externa e inter-regional foram obtidos resultados relevantes.

No decurso deste ano, o Comissariado contra a Corrupção (CCAC) desenvolveu um grande leque de acções, tendo registado, nos primeiros três trimestres, mais de 90 casos de natureza criminal, de entre os quais, uma grande parte foi já enviada ao Ministério Público. Em Setembro deste ano, aquando das primeiras eleições legislativas da RAEM, o CCAC levou a cabo uma série de medidas eficazes que contribuíram para o sucesso destas eleições. Durante este ano, mais de dez mil cidadãos e funcionários públicos participaram em seminários e cursos de formação sobre a corrupção. A cultura de integridade, realizada através de concretas acções de anti-corrupção e de sensibilização, começa a crescer em Macau.

4. Superação de inúmeros desafios e manutenção da vitalidade da economia

No decurso do passado ano, registou-se um abrandamento na economia mundial, os principais parceiros comerciais de Macau estão em recessão, situação que se agravou com os acontecimentos de 11 de Setembro. Macau, como sistema económico virado para o exterior, inevitavelmente, tem vindo a sofrer este impacto, tendo o sector de importação e exportação sido o mais afectado. Macau se persistir no desenvolvimento das próprias energias, mesmo enfrentando este difícil desafio, verá a sua economia em geral manter um considerável grau de vitalidade.

O Governo da RAEM continuou a envidar esforços no melhoramento das condições de investimento. O lançamento do programa "carta de qualidade" e a aplicação de sistemas modernizados, tal como o programa de Intercâmbio de Dados Electrónicos (EDI), contribuíram

para uma maior eficiência administrativa, e alguns serviços das áreas financeira e económica puseram em prática, pela primeira vez, e a título experimental, o prolongamento do horário de funcionamento ao público. Além disso, o Governo envidou igualmente esforços nos trabalhos de revisão para aperfeiçoamento de diplomas legais, nomeadamente, nas áreas fiscal, comércio externo, financeiro, laboral e segurança social, entre outras. Na primeira metade do ano, foi notável o aumento do número de empresas criadas em Macau, bem como do volume de capital registado. Nos primeiros sete meses, o grande aumento do número de pedidos de fixação de residência por investimento e de casos autorizados, para além terem captado novos investimentos, injectou, também, nova dinâmica no sector imobiliário que se encontra estagnado há já alguns anos.

A abertura ordenada do mercado cria melhores condições de investimento. Em Agosto do corrente ano, foram liberalizados os serviços de telecomunicações móveis de Macau, o que não só veio reduzir os encargos económicos das empresas e da população, mas também, contribuir para a promoção da reforma tecnológica e o progresso do sector de telecomunicações. Por outro lado, uma vez lançadas as bases legais para o futuro desenvolvimento do sector do jogo, entrámos no processo, aberto e justo, de abertura do concurso público, apreciação e adjudicação, através do qual esperamos fomentar esta indústria em direcção a uma nova fase de desenvolvimento na sua história.

No primeiro semestre do ano, com a colaboração dos agentes do sector do turismo, esta indústria manteve um crescimento estimulante. Verificou-se um aumento do número de visitantes a Macau, do consumo turístico e das receitas provenientes do jogo, o que beneficiou positivamente o sector hoteleiro, o sector comercial da venda de lembranças e afins, que viram, assim, crescer significativamente o volume de negócios. Nos primeiros meses do ano, o sector do transporte aéreo de passageiros e de mercadorias manteve-se relativamente estável. De um modo geral, é de esperar que o crescimento da exportação de serviços venha atenuar a pressão sentida com a diminuição das exportações de produtos.

No que se refere ao sistema financeiro de Macau, no passado ano, a situação manteve-se estável e sólida. Apesar da conjuntura do sector financeiro internacional apresentar alguma instabilidade, a RAEM geriu eficientemente a reserva de divisas estrangeiras e a reserva financeira, tendo obtido rendimentos de investimento relativamente estáveis.

A resolução do problema de emprego reveste-se de grandes dificuldades, uma vez que a economia em geral se encontra ainda em fase de recuperação e a mão-de-obra disponível não se ajusta, em muitos casos, à transformação estrutural da economia. Não obstante, o Governo tem vindo a acompanhar de perto o problema, com o objectivo de encontrar soluções. Para tanto, temos vindo a antecipar e acelerar alguns projectos de obras públicas com vista a criar milhares postos de trabalho; demos continuidade aos trabalhos de recolocação e de formação de trabalhadores; cumprimos rigorosamente a "Lei-Quadro do Emprego", fomos particularmente rigorosos na autorização de pedidos de importação de mão-de-obra não residente, reduzimos a importação de mão-de-obra não especializada e combatemos severamente os casos de emprego ilegal de mão-de-obra não residente.

5. Desenvolver contactos com o exterior e estreitar relações com regiões vizinhas

No decurso deste ano, Macau obteve novos progressos no que diz respeito às relações com o exterior e à cooperação inter-regional. Em Julho, foi criada a "Comissão de Ligação Comercial do Continente e da RAEM", entrando, assim, em funcionamento os mecanismos das relações comerciais entre o Governo Central e a RAEM. Por outro lado, foram constantemente promovidas as relações de cooperação entre Macau e Guangdong, Fujian, Chongqing, entre outros. Foi criado um sistema de encontros, a alto nível, entre os Governos de Guangdong e Macau, tendo já sido iniciados os trabalhos do "Grupo de Ligação para a Cooperação entre Macau e Guangdong", grupo este de carácter permanente, e do grupo especializado a ele subordinado. As duas partes para além de fomentar o contacto e a cooperação no campo dos assuntos quotidianos entre as duas regiões, têm lançado, gradualmente, estudos e projectos de cooperação a longo prazo. A cooperação entre Fujian e Macau obteve progressos concretos. Além disso, o reconhecimento de Macau a nível internacional tem vindo a alargar-se, e até Outubro do corrente ano, um total de 32 países e regiões concederam a isenção de visto para os titulares de passaporte da RAEM.

6. Conclusões da acção governativa

De uma forma geral, os resultados das acções governativas do ano 2001 traduzem-se no seguinte:

Começou-se por implementar a reforma administrativa. No que diz respeito ao funcionamento dos serviços, registou-se um melhoramento desde os serviços de primeira linha até à sua gestão interna. No que diz respeito à qualificação do pessoal, o Governo promoveu, para além da formação técnico-profissional, formação na área política e da administração pública. Estas reformas trarão, num futuro próximo, um cenário sem precedentes aos serviços públicos de Macau, preparando, assim, um longo caminho sem obstáculos para o contínuo progresso na governação do Governo.

Conseguimos, não só, melhorar os serviços em prol da população, como também, ganhámos experiências na forma de responder às suas necessidades. Perante certas dificuldades imediatas da sociedade, o Governo estudou a génese dos problemas e com a cooperação interactiva das organizações cívicas e da comunidade carenciada, foi possível resolver ou atenuar alguns destes problemas, o que contribuiu para fomentar a coesão social e o reforço da capacidade do Governo da RAEM para, de futuro, fazer face a estes problemas.

A par da intensificação da coesão interna, a cooperação entre o Governo da RAEM e o exterior e a sua abertura ao exterior entraram sucessivamente na fase operacional. Estamos acumulando uma experiência especial através do relacionamento entre Macau e o Continente, ou seja, sob o princípio de "um país, dois sistemas", fomentar a participação e a partilha das gentes de Macau no desenvolvimento interactivo entre as duas regiões; conforme a viabilidade e as necessidades de Macau abrimos, de forma adequada, o mercado, atraindo a competitividade que não só injectaram factores avançados no desenvolvimento económico e

na gestão das empresas de Macau, como também, introduziram uma nova cultura comercial caracterizada pelo espírito empreendedor de que Macau muito necessita, aos serviços públicos foi atribuído um primeiro certificado de gestão de qualidade ISO, foram realizados em colaboração com Singapura cursos de formação destinados aos funcionários públicos, foram encomendados estudos de estratégias políticas a empresas de consultadoria estrangeiras, mantivemos as acções de combate às actividades de exploração de produtos contrafeitos e falsificados; prosseguimos os trabalhos preparatórios dos Jogos da Ásia Oriental 2005 e lançámos os trabalhos sobre a "candidatura de Macau ao património cultural mundial", entre outras. Todas estas acções demonstram que, nos mais variados sectores, o Governo abandonou a atitude conservadora e de auto-contentamento, sujeitando-se à avaliação dos exigentes critérios internacionais, fomentando, deste modo, um crescimento global de alta qualidade em Macau.

Ao longo do ano, o Governo prosseguiu a reforma administrativa, tendo surgido novos cenários na administração pública que influenciaram positivamente o funcionamento dos serviços públicos. Embora estes resultados constituam o principal objectivo da nossa reforma, para que esta prossiga estrategicamente em condições e numa perspectiva de longo prazo, existem ainda factores que necessitam de ser corrigidos, nomeadamente a atitude conservadora, que trava o processo da reforma, e a atitude imprudente, que pode influenciar negativamente o processo da reforma.

Existem ainda dirigentes de certos serviços públicos que continuam a não satisfazer as expectativas, no que respeita ao conhecimento da situação social e ao nível de ajustamento do funcionamento dos serviços que dirigem, revelando falta de iniciativa na resolução de problemas que necessitam de ser tratados com grande urgência, ou, ainda que manifestando disponibilidade no esclarecimento das questões, não se esforçam em encontrar soluções. Certos dirigentes continuam a limitar-se à execução de tarefas de carácter quotidiano, não desempenhando suficientemente o papel de chefia, nem estando dispostos a assumir as responsabilidades como dirigentes. Estas situações têm impedido um notável melhoramento da qualidade do trabalho nalguns serviços públicos.

Actualmente, muitos diplomas legais e procedimentos administrativos já não se adaptam à evolução da sociedade de Macau, facto que tem constituído, em certas situações, obstáculo para a governação, e até mesmo, impedido a execução de certos trabalhos que deviam ser realizados. Este é, não negamos, um problema que não será resolvido, integralmente, dentro de um curto espaço de tempo. De todo o modo, há que, por um lado, rever a legislação desajustada à actualidade, e por outro, executar os trabalhos em observância com a legislação vigente, não podendo, no entanto, negligenciar ambas as situações.

O funcionamento dos serviços públicos, de uma forma geral, é pouco flexível, com falta de criatividade e fraca capacidade de resposta à mudança. Uma considerável parte do pessoal de chefia limita-se apenas a executar mecanicamente as orientações superiores, não sendo capaz de actuar activamente por iniciativa própria e com flexibilidade. Alguns trabalhadores limitam-se a executar as tarefas de uma forma irresponsável, encobrindo os erros, chegando ao ponto de atribuir as responsabilidades aos serviços de nível superior. Os trabalhos de

certos serviços nem sempre conseguem reflectir as necessidades reais da sociedade e resolver os problemas concretos da população. Raramente os serviços são programados em função dos seus destinatários, não tendo em conta a sua conveniência e eficiência.

Por último, os diferentes níveis de pessoal de chefia devem aperfeiçoar a sua sensibilidade política, visão global e capacidade de decisão, necessárias para aumentar a sua capacidade de gestão, bem como, adquirir os conhecimentos e perspicácia exigidos à função de chefia, caso contrário, não iremos conseguir enfrentar, com proficiência, os complexos desafios inerentes à execução das acções governativas para o século XXI.

Segunda Parte

Prioridades da acção governativa do Governo da Região Administrativa Especial de Macau para o ano 2002

Ao longo do ano, foram grandes as mudanças na situação económica, tanto ao nível interno como externo. As economias dos países e regiões desenvolvidos, nomeadamente dos Estados Unidos da América, da União Europeia, do Japão, entre outros, agravaram-se, o que causou um impacto negativo, nomeadamente, nas indústrias transformadora para exportação, transporte aéreo de mercadorias, bancária e seguradora, de Macau. Estas rápidas mudanças nas condições externas vieram, pois, atrasar a retoma global da economia de Macau. Continuam a existir uma diversidade de problemas que se repercutem em várias áreas, nomeadamente na actividade das pequenas e médias empresas, na situação do emprego e na qualidade de vida da população, e que não só não serão resolvidos dentro de um curto prazo, como têm tendência a agravar-se. Mesmo assim, Macau possui algumas vantagens específicas, pois, começou a verificar-se uma nova dinâmica em vários sectores, registou-se o aparecimento de certas actividades inovadoras, e irá surgir um novo cenário de desenvolvimento das actividades pioneiras. Verificamos que no contexto da recessão global, a nossa Pátria tem conseguido manter o nível de desenvolvimento, e, recentemente, tornou-se membro efectivo da Organização Mundial do Comércio, alimentando perspectivas que nos dão grande ânimo. Macau, como uma região administrativa especial da China, tem obtido sempre forte apoio por parte do Governo Central, e ainda devido às vantagens da sua localização, não há dúvidas, que irá beneficiar da prosperidade da Pátria.

Perante as oportunidades e os desafios no ano de 2002, o Governo da RAEM dará prioridade na promoção da economia e no apoio à população para a resolução das suas dificuldades. Para isso, o Governo irá adoptar medidas eficazes para tratar dos assuntos mais prementes da população, bem como resolver os que existem há longa data. Simultaneamente, iremos intensificar os trabalhos preparatórios da retoma geral de Macau. Para isso, o Governo da RAEM irá empenhar-se activamente na promoção do emprego, no desenvolvimento da cultura e da educação, na melhoria das condições de vida da população, garantindo a estabilidade e o progresso social. O Governo procurará elevar a qualidade da sua governação e a competitividade da sociedade em geral, impulsionando, assim, a recuperação da economia.

Excelentíssima Senhora Presidente,
Excelentíssimos Senhores Deputados,

1. Acompanhar os ajustamentos da estrutura económica, empenhar-se na expansão e na inovação

Com a evolução do desenvolvimento da sociedade, a estrutura económica sofre, inevitavelmente, mudanças de diferentes níveis. Nos últimos anos, devido a factores de ordem interna e externa, a estrutura da economia de Macau tem vindo a sofrer grandes ajustamentos, e tornou-se notável o rápido crescimento do sector de serviços. No próximo ano, com a introdução de mecanismos de competitividade na indústria do jogo de Macau, o sector de turismo e outros sectores afins serão os primeiros a serem beneficiados; por outro lado, a mudança radical do regime de quotas na indústria mundial do vestuário em 2005 provocará,

indubitavelmente, grandes mudanças no desenvolvimento da indústria manufactureira de Macau. Se observarmos e analisarmos minuciosa e objectivamente as mudanças do ambiente, e se ponderarmos com atenção as vantagens e as condições de Macau, facilmente verificamos que a nova estrutura industrial é encabeçada pelos sectores do jogo e do turismo, assentes no sector de serviços em coordenação com outros.

O ajustamento favorável da estrutura económica irá permitir a Macau um melhor aproveitamento das suas vantagens, o incremento da sua competitividade, bem como o crescimento sustentado no processo de globalização mundial. Entretanto, temos consciência de que o ajustamento da estrutura económica não é um caminho fácil, e durante este processo, o conflito entre as velhas e as novas ideias, as limitações dos recursos humanos, as pressões originadas pelo problema do emprego, e outros, colocar-nos-ão perante novos desafios.

Encarando o processo de ajustamento da estrutura da economia, o Governo da RAEM, partindo do pressuposto do respeito pelo funcionamento do mercado livre, irá reunir as inteligências da sociedade civil e do Governo para elaborar e adoptar medidas complementares adequadas. Para isso, torna-se imprescindível que os serviços públicos da área económica e outros, estejam preparados na distribuição de recursos, na formação de quadros qualificados e na formação de ideias, devendo aperfeiçoar activamente as condições do mercado, impulsionar e apoiar a optimização das indústrias e promover, de forma empenhada, o emprego. Devemos harmonizar a relação entre as prioridades em destaque e o desenvolvimento equilibrado. As nossas acções governativas e os nossos projectos devem, por um lado, ter em consideração benefícios que favoreçam o desenvolvimento do sector de serviços, ponderando em conjunto e coordenando os trabalhos no âmbito das infra-estruturas, ensino, formação, tecnologias, protecção ambiental, etc., substituindo a forma individualista de administrar pelo espírito de equipa, criando, assim, uma força de coesão social que permita um desenvolvimento acelerado e favorável das actividades relacionadas com o sector de serviços. Por outro lado, devemos igualmente ter em consideração a necessidade de apoiar a optimização e o desenvolvimento das actividades existentes e de outras futuras, de modo a manter a diversidade e o equilíbrio da estrutura industrial, situação esta necessária ao incremento da capacidade de adaptação às mudanças do ambiente externo e de resistência aos riscos.

No decurso do processo de mudança social, a promoção do espírito empreendedor e criativo reveste-se de particular significado, pois é precisamente este espírito que preside à vitalidade das nossas pequenas e médias empresas e da nossa sociedade. O Governo da RAEM envidará todos os esforços para promover tal espírito. Acompanhando a tendência do aparecimento gradual, em Macau, de pequenas e médias empresas científicas e tecnológicas, o recém criado Conselho de Ciência e Tecnologia, bem como o Centro de Tecnologias de Informação (*IT-Center*) e o Laboratório Cibernético (*Cyber-Lab*), dependentes do Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia de Macau, e o Centro de Inovação Científica e Tecnológica criado pelo Governo e empresas, irão intensificar os seus trabalhos de apoio na concretização de projectos, assim como, os estabelecimentos de ensino superior irão desenvolver trabalhos de investigação e desenvolvimento, e os programas dos ensinos primários e secundários passarão a integrar disciplinas de ensino criativo. É de referir que o

espírito empreendedor e inovador não é exclusivo das actividades modernas, pois, também nas actividades tradicionais, nos serviços públicos, tal como em cada um de nós, deve existir uma mentalidade inovadora a qual só nos trará benefícios.

O Conselho Económico irá, com base nas análises objectivas e nos estudos profundos das suas comissões especializadas, elaborar estratégias e medidas destinadas a fomentar o reajustamento favorável da estrutura económica, a incentivar a retoma da economia, a aperfeiçoar a mobilização dos recursos humanos e a promover e apoiar o desenvolvimento das pequenas e médias empresas de Macau.

2. Continuar a melhorar as condições de investimento e de emprego

Num contexto de novos desafios, o Governo da RAEM irá, de forma activa e responsável, empenhar todas as energias nos trabalhos de apoio às empresas industriais e comerciais, no incremento da dinâmica da economia e promoção de negócios e emprego.

O nível das condições do mercado, em si só, é suficiente para influenciar a estratégia de investimentos dos empresários, afectando favoravelmente o desenvolvimento da economia em geral. Por este motivo, é responsabilidade do Governo optimizar as condições do mercado, permitindo que todos os agentes económicos possam desenvolver as suas qualidades num ambiente justo, ordenado e eficaz. Embora o Governo da RAEM tenha sempre envidado esforços nesta direcção, sabemos que continuam a existir, no mercado de Macau, aspectos que aguardam aperfeiçoamento, assim como, as mudanças no contexto internacional exigem de nós esforços redobrados.

No que respeita ao software, com vista a alterar uma situação em que o desenvolvimento económico é travado por um considerável número de diplomas legais desajustados no tempo, o Governo da RAEM, embora conhecendo a situação de escassez de quadros qualificados na área jurídica, irá no próximo ano, redistribuir, mobilizar e concentrar recursos humanos, no sentido de intensificar os trabalhos de renovação, aperfeiçoamento e divulgação dos diplomas legais, facilitando a recuperação do desenvolvimento económico através da feitura de leis. Iremos incentivar os investimentos dos empresários através do reforço do espírito servidor e do incremento da eficiência administrativa. No próximo ano, serão lançados novos projectos de investimento público, e o Governo irá aumentar a transparência dos concursos públicos e de outros processos afins, e reforçar a fiscalização, de modo a garantir justiça e qualidade. No âmbito dos jogos de fortuna e azar e das telecomunicações móveis, o Governo irá acompanhar activamente o seu desenvolvimento após a sua liberalização, ajudando-os a manter um mecanismo de competitividade saudável.

No que respeita ao hardware do investimento, o Governo irá continuar a aperfeiçoar as infra-estruturas de transporte e de informações. O Governo mantém-se firme na política de abertura do espaço aéreo, criando incessantemente, condições com vista a aumentar a competitividade do Aeroporto Internacional de Macau, fomentando o desenvolvimento do transporte aéreo de cargas e das actividades relacionadas com a distribuição de mercadorias. O projecto de construção da 3ª ponte entre Macau e a Taipa será concluído no próximo ano,

após o que passará à fase de abertura de concurso público, ao mesmo tempo que outros projectos urbanísticos vão sendo gradualmente aperfeiçoados e concretizados. O Governo pretende com o fomento do desenvolvimento das áreas de informação e de telecomunicações em Macau, garantir serviços mais racionais e de melhor qualidade à população, assim como, promover os sectores industrial e comercial. Ao mesmo tempo, o Governo irá criar uma nova instituição de autenticação electrónica para promover o comércio electrónico.

O Governo irá aproveitar e fomentar amplamente o valioso sector do turismo. Assim, com base no fomento do turismo cultural e do jogo, e nos trabalhos de optimização e exploração de novos produtos turísticos, lançamento de acções de promoção, estabelecimento de relações de cooperação em parceria, incremento da qualidade dos serviços e formação, o Governo irá impulsionar, em conjunto com os agentes do sector, o turismo e, com isso, desenvolver outras actividades afins. Ao mesmo tempo, iremos intensificar o apoio a novas actividades, a indústrias de protecção ambiental e de alta tecnologia de valor acrescentado, com potencialidades de desenvolvimento, fazendo esforços no sentido de se tornarem um factor do crescimento económico. Relativamente às outras actividades, com vista a impulsionar o seu desenvolvimento de forma saudável, o Governo, reiterando sempre a necessidade de auto-valorização, irá adoptar medidas de incentivo e de apoio, tendo em conta as necessidades e os interesses da sociedade. O Governo irá também efectuar, tendo em vista as transformações que se vão operar na indústria manufactureira, estudos pormenorizados e apresentar medidas viáveis.

Dando continuidade à tendência do aumento de investimentos externos registada no ano anterior e com o objectivo de dinamizar a economia de Macau e a sua recuperação global, o Governo, aproveitando as vantagens específicas de Macau, irá optimizar as estratégias de captação de investimentos estrangeiros, desempenhando activamente o papel de intermediário, prestando trabalhos de assistência e de acompanhamento, e esforçando-se para obter os melhores resultados da captação de investimentos. Por outro lado, o Governo está atento à situação operacional das pequenas e médias empresas, criando medidas eficazes de apoio. Assim, relativamente à gestão, início e relançamento de actividades, o Governo irá providenciar cursos destinados à elevação dos níveis tecnológico e de gestão e realizar o seu acompanhamento, reforçando ainda os serviços de informação, de assistência técnica, entre outros, no sentido de as auxiliar no estabelecimento e alargamento de maiores contactos com o exterior. Para promover o aumento da competitividade das pequenas e médias empresas e dos seus empregados, o Governo continuará a promover ou a apoiar a implementação de regimes ou critérios de reconhecimento de nível internacional, tais como, a certificação da Organização dos Critérios Internacionais (ISO), do Centro de exames de qualificações profissionais em tecnologias de informação, reconhecido internacionalmente, e a certificação técnico-profissional no sector turístico-hoteleiro, entre outros. Para além disso, o Governo dará ainda suporte e apoio às actividades realizadas por associações e organizações cívicas para apoiar as pequenas e médias empresas.

Promover o emprego continua a ser uma prioridade das acções do Governo no próximo ano. Actualmente, em Macau, o fenómeno do desemprego, com origem em factores bastante complexos, deve ser encarado, no seu todo, por todas as partes. No decurso do próximo

ano, o Governo da RAEM, para além de pôr em prática a "Lei-Quadro do Emprego" e continuar a reduzir o número de mão-de-obra importada não qualificada, considerada desnecessária, irá também desenvolver mais esforços na área dos investimentos públicos, dando início a projectos de infra-estruturas, de grande rentabilidade, nomeadamente o Posto Fronteiriço das Portas do Cerco, a 3ª ponte entre Macau e a Taipa, a construção de pavilhões desportivos e o reordenamento da zona do Porto Interior, bem como, ainda, obras na rede de transportes, dentro da calendarização prevista ou antecipadamente. Ao mesmo tempo, o Governo, para atenuar as dificuldades da população, irá criar condições no sentido de estimular a concretização de projectos de grandes investimentos particulares, e com o esforço das várias partes, promover a procura interna, bem como, criar mais postos de trabalho aos trabalhadores locais. Na actual situação, devemos ser solidários e, em conjunto, ultrapassar as dificuldades. Esperamos que os empregadores, apesar da difícil situação actual, considerem a conjuntura global, mantendo, ao máximo possível, trabalhadores nos postos de trabalho, e dando tratamento adequado às relações laborais; do mesmo modo, esperamos que os trabalhadores em geral, sejam pragmáticos e saibam agarrar as oportunidades de emprego proporcionadas pelo Governo em conjugação com as forças sociais.

3. Desenvolver as relações externas e reforçar a cooperação regional

Macau também se ressente do impacto da globalização devido ao seu sistema económico aberto de pequena dimensão, e uma resposta adequada depende, por um lado, da sua capacidade e esforços, e por outro, do desenvolvimento em pleno da sua complementaridade na cooperação regional.

Face ao forte crescimento actual da economia nacional, um dos factores prometedores do nosso futuro, o Governo da RAEM aproveitará, em pleno, as vantagens que o princípio de "um país, dois sistemas" nos proporciona, bem como dos factores provenientes do Continente, para que a nossa singularidade se desenvolva através desta cooperação. Por se ter verificado, recentemente, uma integração acelerada de toda a região do Delta do Rio das Pérolas, da qual faz parte Hong Kong e Macau, devemos, de forma harmoniosa, assumir uma atitude positiva e aberta. Sistematizando vários factores, nomeadamente a divisão regional de trabalho, a caracterização geográfica e as nossas próprias condições, o Governo da RAEM tem prestado maior atenção à cooperação com as regiões vizinhas, especialmente a zona oeste da região do Delta do Rio das Pérolas. E no próximo ano, será mais consolidado, aperfeiçoado e desenvolvido o mecanismo de cooperação entre Macau e Guangdong, Fujian e Chongqing, no sentido de transformar as relações amigáveis em frutos concretos.

Temos que desenvolver e reforçar as nossas vantagens, em conjugação com um bom desempenho do nosso papel, para darmos contributos singulares na divisão regional de trabalho. Temos ainda a vantagem de manter relações amplas, directas e amigáveis com a sociedade internacional, especialmente com a União Europeia e os países de língua latina, incluindo Timor-Leste. É de salientar que com o desenvolvimento social, tanto o Interior como o estrangeiro passaram a necessitar de serviços intermediários de nível mais elevado e de

melhor qualidade; portanto, só quando nos empenharmos em melhorar o nosso nível linguístico e a prestação dos demais serviços comerciais, e impulsionarmos a criação, em Macau, de um maior número de empresas de qualidade na prestação daqueles serviços, se evidenciará a nossa preponderância como intermediários, transformando-se, assim, Macau num bom centro regional de serviços. Considerando a nova conjuntura resultante da adesão do nosso país à Organização Mundial do Comércio, temos de desenvolver bem o nosso papel de plataforma na prestação de serviços comerciais, no sentido de apoiar a entrada das pequenas e médias empresas de Taiwan, União Europeia e dos países de língua latina no mercado da China. A par disso, serão criadas condições pelo Instituto de Promoção do Comércio e Investimento de Macau para se reforçar a parceria entre as empresas locais e as pequenas e médias empresas privadas do Continente que estão dispostas a entrar no mercado daquelas regiões.

O turismo continua a ser a base da cooperação regional, pelo que os projectos concretos para a exploração da Ilha da Montanha, serão gradualmente prosseguidos por iniciativa conjunta de Macau e Zhuhai. Além disso, será dada continuidade à concretização e aperfeiçoamento dos projectos de cooperação turística entre Guangdong, Hong Kong e Macau, e impulsionada a cooperação entre Macau, o Continente e a União Europeia, no âmbito da formação turística. Ao estudar o desenvolvimento futuro das infra-estruturas e transportes da RAEM, o Governo prestará, também, maior atenção aos projectos de infra--estruturas a realizar nas regiões vizinhas, nomeadamente na província de Guangdong e Hong Kong, e participará activamente na integração regional, da qual procurará retirar benefícios. As facilidades fronteiriças a implementar futuramente na Ponte Flor de Lótus possibilitarão o incremento do fluxo bilateral de pessoas e mercadorias. Por outro lado, com o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica, a cooperação tecnológica entre Macau, o Continente e o Exterior passa a ter um maior espaço e o projecto "Eureka", que tem exercido influência no Continente e na União Europeia, prosseguirá no próximo ano, e, esperamos, através dele, não só desenvolver o nosso papel de intermediação tecnológica entre a China e a União Europeia, como também contribuir para o desenvolvimento tecnológico de Macau. Mais, o efectivo intercâmbio e cooperação com o exterior, irá trazer-nos benefícios no âmbito dos assuntos policiais, protecção civil, assistência médica, educação, cultura, cooperação judiciária e apoio judiciário.

Têm vindo a emergir muitas oportunidades na nossa Pátria que está cheia de vitalidade. Ao mesmo tempo, devido às tendências de globalização e cooperação regional, será acelerada a circulação de capitais, técnicas e quadros qualificados, pelo que, os empresários de Macau devem ousar modificar o conceito e modelo de exploração, estimando e agarrando as oportunidades para se desenvolverem no Continente.

Impulsionar a cooperação regional e desenvolver os factores provenientes do Continente, são os nossos projectos estratégicos de longo alcance, que decidem o desenvolvimento sustentado a longo prazo de Macau. O certo é que devemos agarrar atempadamente as oportunidades, mas não devemos precipitar-nos na sua concretização ou ter uma visão limitada, circunscrevendo-nos aos interesses do momento. O crucial é procurar um desenvolvimento

de longo alcance para ambas as partes, com base na complementaridade, benefício mútuo e cooperação sincera.

4. Elevar a eficiência administrativa e implementar a grande reforma

A par de constituírem uma preocupação quotidiana da população, o desenvolvimento do espírito de servidor público e o melhoramento da eficiência administrativa são questões que o Governo não pode negligenciar no dia-a-dia da sua governação. Nos últimos anos, embora se tenha verificado uma melhoria na prestação de serviços, existe, ainda, um certo distanciamento entre as aspirações dos cidadãos e as necessidades, de maior complexidade, inerentes ao desenvolvimento social. A partir do próximo ano, a par de ser dada continuidade às reformas em curso, iremos iniciar, em pleno, a grande reforma da estrutura administrativa, com vista à sua simplificação. A avultada estrutura interna dos serviços e a sobreposição das funções, bem como a falta de normalização na colocação dos trabalhadores, têm constituído obstáculos à elevação da eficiência administrativa e desperdiçado muitos recursos públicos. Por isso, iremos exigir a todos os serviços que apresentem propostas de simplificação estrutural, com base nas quais, será implementada rapidamente a sua restruturação.

O Governo também adoptará estratégias de coordenação administrativa, a diversos níveis, e de articulação entre os serviços e o exterior, por forma a criar mais condições para a melhoria da prestação de serviços ao público. Será através do reforço da modernização administrativa que se melhorará a eficiência dos serviços, partindo-se da premissa da sua racionalização e normalização, incluindo o aperfeiçoamento das estruturas administrativas e das suas funções, do bom funcionamento administrativo e da elevação da qualidade e flexibilidade dos serviços. Será dada continuidade à melhoria da capacidade dos trabalhadores da função pública, sem negligenciar a instalação de hardware sofisticado para concretizar, a breve trecho, o "Governo electrónico".

É ainda de salientar que a melhoria do funcionamento administrativo tem que estar relacionado com as necessidades urgentes da população e da sociedade. Para o efeito, antes da revisão do actual quadro legislativo, serão implementadas, quanto antes, medidas transitórias necessárias à elevação da eficiência de serviço. No próximo ano, será implementado, em fase experimental, o serviço *one stop*, no âmbito de compra e venda dos imóveis e de registo das sociedades comerciais, assim, passando a ser tratados, num só local, assuntos do mesmo género, por forma a facilitar os procedimentos administrativos. Em suma, vamos concentrar-nos na implementação, no mais curto espaço de tempo, do modelo de trabalho *one stop* nas demais áreas.

Porém, face à situação relativamente difícil em que se encontra actualmente a sociedade, devem os serviços públicos, dentro do respectivo quadro legal, flexibilizar o seu funcionamento. Relativamente à complexidade dos procedimentos administrativos existentes, os respectivos serviços deverão proceder ao seu estudo e consequente coordenação, para que sejam, dentro do possível, eliminados os procedimentos desnecessários, respeitando a lei e sem prejuízo da sua qualidade e segurança.

No próximo ano, o Governo vai dar início aos trabalhos preparativos mais importantes da reforma jurídica. Serão alargados os canais de consulta para auscultar opiniões de um maior leque de profissionais, por forma a analisar profundamente o processo da reforma, apresentando sugestões especializadas correspondentes às necessidades do desenvolvimento social. Ao mesmo tempo, o Governo introduzirá o espírito da "Carta de Qualidade" no processo da reforma jurídica, divulgando, para o efeito, os projectos de elaboração e revisão dos diplomas e a sua calendarização no primeiro trimestre do próximo ano.

Devido às mudanças rápidas e aos desafios que interna e externamente se vêm colocando a Macau, a RAEM, a par do seu desenvolvimento normal, terá que proceder, também, à avaliação e prevenção dos factores de incerteza, pelo que, no próximo ano o Governo irá reforçar a noção de risco e a sua gestão nos serviços públicos, melhorando a sua capacidade de coordenação e actuação rápidas, com vista a garantir, em qualquer momento e circunstâncias, um apoio oportuno aos cidadãos.

Em relação ao desenvolvimento do espírito de servidor público e à promoção da cultura de serviço por excelência, continuaremos a encorajar e a incutir nos trabalhadores da função pública a necessidade de ter sempre presente o conceito de servir o público. Por outro lado, está em curso o processo legislativo da criação do "Instituto dos Assuntos Cívicos e Municipais" e de acordo com a concepção do Governo, a referida instituição, para além dos serviços municipais quotidianos, promoverá diversos trabalhos relativos à vida da população. É, também, através desta medida, que o Governo concretizará o espírito de "Servir o Povo". Por outro lado, será acelerada, o mais possível, a revisão do regime jurídico da função pública em vigor, com a melhoria do sistema de classificação de serviço, da promoção profissional, de incentivos, bem como do regime disciplinar. Deste modo, passarão a ser chamados à responsabilidade os trabalhadores que desempenharem deficientemente as suas funções e serão premiados ou promovidos aqueles que revelarem um bom desempenho, aqui se incluindo os que se esforçarem no seu próprio auto-aperfeiçoamento, criando-se, assim, melhores condições ao desenvolvimento da cultura de serviço na Administração, de acordo com os critérios estabelecidos e com o objectivo de consolidar o espírito de servidor público.

5. Melhorar a qualidade de vida e garantir a harmonia da sociedade

A qualidade de vida dos cidadãos tem a ver com a harmonia e a estabilidade social, influenciando-se reciprocamente. No próximo ano de governação, no âmbito da matéria em epígrafe, a tarefa principal do Governo será manter, de forma empenhada, a qualidade de vida da população em geral e lutar pela sua melhoria em determinados aspectos. Os cidadãos poderão, dentro do possível, participar e partilhar connosco em áreas especializadas, de forma a enriquecer ou criar, com um maior número de opções, um modelo de vida mais a seu gosto.

A organização racional da urbanização e a sua gradual implementação, contribuirão para o desenvolvimento da estratégia definida para Macau, bem como para a optimização das nossas condições de vida. Considerando as especificidades e as funções das diferentes zonas da cidade, estão a ser elaborados projectos e realizados arranjos de acordo com as suas

características próprias, sendo dada, já no próximo ano, uma nova fisionomia a certas zonas. Esperamos que através do embelezamento e da transformação adequada das zonas antigas, possam ser melhoradas as respectivas condições de exploração comercial e a qualidade habitacional.

No que respeita à vida quotidiana e ao funcionamento do sector comercial, o Governo irá estudar e adoptar medidas adequadas, com vista a atenuar as dificuldades de vida da população. Além disso, continuaremos a cooperar estreitamente com a sociedade, prestando apoio aos cidadãos na criação de actividades, a custos relativamente baixos, favorecendo, deste modo, o desenvolvimento de um mercado retalhista mais diversificado e mais singular em Macau. Produtos de boa qualidade e a baixo preço atrairão os cidadãos e os turistas para o consumo em Macau. Com estas medidas será dado novo impulso ao consumo, que por sua vez, se irá reflectir positivamente na criação de postos de trabalho e na dinamização do mercado.

Para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e relançar a cidade turística, temos de, empenhadamente, conceder especial atenção à questão do ambiente urbano. Os problemas de trânsito têm afectado o trabalho e a vida da população. É de salientar, entre outros, os engarrafamentos, em alguns períodos do dia, em certas zonas da cidade, e a falta de estacionamento, ambos tão sentidos pelos condutores. Para melhorar estas situações, o Governo, à medida que for aperfeiçoando a rede rodoviária, irá aperfeiçoar as condições existentes, em coordenação com as medidas especificamente definidas para a gestão de trânsito. O Governo continuará a empenhar-se na sensibilização para o problema da segurança rodoviária e exigir maior rigor na participação de infracções em matéria de trânsito. Será dado um maior incremento ao estudo das questões respeitantes à redução de gases residuais expelidos pelos veículos, com o objectivo de, quanto antes, melhorar esta situação. Relativamente à poluição sonora, limpeza da cidade e inspecção alimentar, assuntos que preocupam a população, ser-lhes-á dado melhor acompanhamento e aperfeiçoamento por parte dos serviços competentes, com vista a criar um ambiente mais ideal para viver.

Tendo em conta que o sistema de saúde pública de Macau não acompanhou a evolução da sociedade, o Governo está a acompanhar activamente o estudo do sistema de saúde, a fim de serem implementadas medidas a breve prazo. Por Macau não possuir um desenvolvimento tecnológico proeminente, os serviços públicos da área da saúde têm por missão principal melhorar as técnicas de saúde, visando atenuar o sofrimento dos doentes e devolver-lhes a saúde e a alegria de viver. Através da formação, intercâmbio e reforço da gestão será criado um corpo clínico de alta qualidade, com o objectivo de melhorar a qualidade médica e de enfermagem e a eficiência do serviço, reduzindo-se, desta forma, erros dos profissionais de saúde. Por outro lado, o Governo reforçará a gestão e inspecção dos medicamentos e acelerará a revisão dos mecanismos de reclamação e fiscalização na área da saúde, de modo a salvaguardar os interesses dos cidadãos e dos agentes de saúde. A taxa de incidência de doenças será reduzida com a implementação de medidas de prevenção adequadas e os doentes serão melhor tratados se se reduzir a pressão do trabalho nos serviços de saúde. Devido à incidência recente da Febre de Dengue, fomos alertados para a necessidade de não serem negligenciadas medidas de prevenção na doença. Para o efeito,

será criado um centro de prevenção e controlo de doenças, com o objectivo de reforçar, em pleno, a eficácia de cada uma das etapas do processo de prevenção. Paralelamente, a qualidade da assistência médica duma sociedade depende, também, da atitude da população para com a sua saúde, quanto maior atenção prestarem à saúde menor será a probabilidade de doença, por isso iremos envidar esforços no sentido de uma maior sensibilização para a manutenção da saúde, fazendo com que os cidadãos ganhem uma maior consciencialização da importância da saúde e da vida, e desta forma, desempenharem um papel mais activo na defesa da sua saúde e da saúde pública.

Considerando que o desemprego e as dificuldades económicas dos cidadãos não se encontram, ainda, resolvidos de forma desejável, não será reduzida a intensidade da nossa intervenção no âmbito da segurança social e da acção social, nem tão pouco reduzido o respectivo orçamento. O Governo continuará a apoiar os cidadãos e as camadas mais desfavorecidas, à medida que for tendo conhecimento das suas dificuldades, fazendo com que sintam, assim, atempadamente a sua solidariedade e carinho. Será dada prioridade ao ajustamento da rede do serviço de apoio à família, com vista a reforçar o apoio aos idosos solitários e aos serviços especializados destinados às crianças e jovens. Além disso, as associações privadas que têm desempenhado, voluntariamente, serviços sociais, continuarão, sem dúvida, a merecer o nosso grande apoio e encorajamento.

Numa cidade histórica e cultural, como é o caso de Macau, a vida cultural deve fazer parte integrante da vida quotidiana da população, contribuindo, assim, para o reforço do auto-reconhecimento da nossa identidade. No próximo ano, o Governo aprofundará a generalização da vida cultural, impulsionando, para o efeito, a participação dos cidadãos em actividades que dão a conhecer a história e cultura locais, sensibilizando-os para o valor do seu património e necessidade da sua preservação, e estimulando a educação artística. Ao mesmo tempo, tendo em conta a atenção dispensada pelo Governo ao incremento da cultura, serão prosseguidas actividades artístico-culturais, de alta qualidade, destinadas ao público, com vista a elevar-lhe o sentido artístico-cultural e a respectiva capacidade de apreciação, captando um maior número de amadores artísticos.

Hoje em dia, tem vindo a ser internacionalmente reconhecida a importância de grandes eventos desportivos na elevação da força geral duma sociedade. Os trabalhos preparatórios para os Jogos de Ásia Oriental a realizar em Macau já se iniciaram e para o Governo este grande evento internacional é tido como impulso relevante para o desenvolvimento da causa desportiva de Macau. Associados à sua vasta divulgação, serão construídos recintos e organizadas diversas actividades desportivas, com vista a desenvolver o desporto para todos e fazer com que os cidadãos, especialmente aqueles não que não estão habituados à prática desportiva, se passem a aperceber, através da sua participação, das vantagens do desporto para melhorar a saúde, forjar a vontade, cultivar o espírito de luta e desenvolver interesses e potencialidades pessoais. Com vista a desempenhar um bom papel de anfitrião, além de ser plenamente preparado o hardware, implementar-se-ão, de forma adequada, políticas desportivas de nível mais elevado, consoante as nossas disponibilidades, no sentido de elevar o nível de competição e do júri de Macau, bem como a sua capacidade na organização de competições.

A estabilidade da qualidade da vida dos cidadãos depende da segurança. Desde a transferência, a segurança em Macau tem vindo visivelmente a melhorar, mas tal não significa que fiquemos menos activos, pois a crescente abertura e intercâmbio de Macau com o exterior poderá trazer factores de instabilidade e tornar complexo o modelo de prática de crime. Em tempos relativamente pacíficos, devemos pensar na adversidade, e o reforço das missões policiais evidencia a vontade e o empenho do Governo em combater, com determinação, a criminalidade, com o objectivo de impedir que os criminosos façam uma má avaliação da situação e julguem que podem aproveitar a oportunidade para a prática de crimes em Macau, garantindo assim que os cidadãos continuem a viver num ambiente tranquilo e ordenado.

6. Formar a nova geração e promover o desenvolvimento dos quadros qualificados

O progresso pleno e contínuo de Macau reside na qualidade dos cidadãos e esta qualidade depende do nível de educação. Logo após a transferência, iniciou-se a formação da nova geração da RAEM, sendo de realçar os inúmeros contributos do sector de educação nesse âmbito. No entanto, com a evolução da sociedade, há necessidade de melhorar as acções educativas, por forma a que Macau tenha um maior sucesso face aos desafios futuros.

No âmbito do ensino superior, será dada prioridade à melhoria da qualidade do ensino. O princípio educativo de "generalização do acesso ao ensino" nunca poderá ser abandonado, havendo necessidade, porém, de elevar o nível académico, com recurso a uma constante melhoria do nível de ensino e um maior rigor na atribuição das classificações, com o fim de obter um maior reconhecimento da capacidade dos alunos e dos seus conhecimentos pela sociedade, assegurando melhor o seu futuro no mercado de trabalho. Além disso, é necessário, por um lado, implementar medidas adequadas de ensino para alargar o leque de conhecimentos dos alunos, e por outro, reforçar os estágios profissionais e o treino linguístico, de modo a melhorar a sua capacidade de adaptação à sociedade onde se inserirem. Por outro lado, os estabelecimentos educativos também necessitam de criar condições para melhorar a qualidade e enriquecer a equipa de docentes, cuja maioria deverá possuir o grau de doutoramento. Ao mesmo tempo, procurar-se-á admitir, nos respectivos estabelecimentos educativos, académicos de prestígio internacional de comprovado mérito e vasta experiência de ensino. Por outro lado, procurar-se-á também transformar os estabelecimentos de ensino superior em bases de investigação tecnológica e continuar a promover a localização dos temas de investigação tecnológica, para que os estudos científicos sejam adequados às preocupações da comunidade e ao desenvolvimento social, apresentando resultados com valor científico.

Quanto aos jovens em idade para ingressar no ensino superior ou no mercado de trabalho, os seus conhecimentos assentam numa longa educação básica. Será, por isso, reavaliado o sistema educativo já existente, para se consolidar o sucesso obtido com o ensino gratuito. Encorajamos as escolas primárias e secundárias de Macau para continuarem a empenhar-se na qualidade de ensino, definindo critérios de ensino adequados, no sentido de melhor se articularem com o ensino superior, cuja qualidade está em contínuo aperfeiçoamento. Mais apelamos a todas as escolas, sem prejuízo da sua autonomia de ensino, para desenvolverem

as suas potencialidades e se sujeitarem à concorrência saudável na área de ensino, e partindo desse princípio, que se desenvolva um sistema de educação autónomo e por excelência, proporcionando, assim, mais opções aos estudantes e encarregados de educação. E bem assim, embora não havendo obrigatoriamente uma relação directa entre a quantidade e a qualidade de ensino, defendemos a redução das matérias desnecessárias, de modo a que, além do domínio dos conhecimentos livrescos, possam ter um crescimento saudável nas demais áreas. Por esse motivo, diversos serviços públicos estão a organizar e tentar encontrar, em conjunto, um espaço para construir um "Museu de Tecnologia para a Juventude", onde os jovens, nas suas actividades, poderão alargar o seu campo visão e conhecer melhor o misterioso mundo tecnológico, num ambiente agradável e alegre. Ao mesmo tempo, o Governo também considerará a construção, no mesmo local, de uma boa biblioteca polivalente por forma a proporcionar aos estudantes e cidadãos um espaço com meios de estudo, lazer e diversão. Por outro lado, quanto à interrupção escolar, os serviços de educação e as escolas devem reforçar a cooperação no sentido de estudarem os seus motivos e encontrarem as respectivas soluções, dando apoios eficientes e oportunos.

O sucesso ou insucesso da juventude tem profunda influência na fisionomia futura da sociedade. Com a crescente abertura e desenvolvimento de Macau, alguns jovens, devido a vários factores, enveredaram por caminhos errados, pelo que o Governo, a escola, a família e a sociedade não podem negligenciar a educação moral e cívica da juventude. A comunicação, compreensão, atenção e apoio são, muitas vezes, mais eficazes que os sermões inflexíveis. Neste contexto, o Governo, por um lado, irá orientar os jovens no sentido de criar interesses benéficos, a nível físico e psicológico, nos domínios da arte, educação física e tecnologia, e por outro, proporcionar-lhes-á recursos e instalações para se reunirem e dedicarem a actividades saudáveis, permitindo, deste modo, que, no decorrer do seu crescimento, tenham oportunidade de serem bem sucedidos em áreas do seu interesse.

Visto que os quadros qualificados são considerados um foco actual da concorrência internacional, devemos prestar atenção à captação dos quadros qualificados existentes, dando-lhes oportunidades para desenvolver as suas capacidades e, assim, transformar gradualmente Macau numa região que possui, fixa e atrai quadros qualificados. Será sucessivamente promovida a educação permanente e para os adultos, de forma a tornar a população mais competitiva. Também serão aperfeiçoados os mecanismos de concorrência do mercado e os recursos humanos, de forma a que os quadros qualificados desenvolvam melhor as suas potencialidades e utilizem os seus conhecimentos. A par disso, consoante as necessidades sentidas na sociedade e através de uma organização prudente, acompanhada e gerida, serão importados quadros especializados do exterior para impulsionar o desenvolvimento de Macau e melhorar a qualidade dos quadros locais. Quanto à equipa de trabalhadores da função pública o Governo irá continuar a apostar na qualidade. Assim, o provimento de lugares qualificados, quer através do recrutamento de novos quadros, quer através da mobilização interna dos mesmos, será feito de forma flexível e em função dos que evidenciarem maiores capacidades para o lugar.

Terceira Parte

Solidariedade e confiança, empenho em prol da prosperidade

Solidariedade e confiança, empenho em prol da prosperidade

Excelentíssima Senhora Presidente,
Excelentíssimos Senhores Deputados,

Os impactos negativos do agravamento da economia mundial começam a ressentir-se em Macau. Em breve, os empresários começarão a encontrar dificuldades na sua actividade, o que também irá acontecer com a população em geral, que terá que suportar esta pressão. O Governo também terá que enfrentar esta prova difícil, mas temos que ser pragmáticos e estar psicologicamente bem preparados. Face às dificuldades e desafios, não devemos jogar com a sorte e o optimismo cego, que só nos podem conduzir ao fracasso, e nem vale a pena assumir uma atitude pessimista e de desânimo, lamentando-nos contra tudo e todos. O que importa é adaptar-nos à situação e ousar enfrentá-la, envidando todos os esforços para sermos fortes, criando oportunidades, lutando pela prosperidade e procurando melhorar a situação, no sentido de alcançarmos um futuro próspero. Na realidade, os desafios e as oportunidades sempre coexistiram e o ditado "não há mal que venha sem bem, nem bem que venha sem mal" evidencia a conversibilidade entre o bem e o mal. É o significado realista contido neste saber antigo que nos inspira a possibilidade de converter desafios em oportunidades, através de uma sincera cooperação entre o Governo e a população, com o objectivo de criar as respectivas condições.

Macau conseguirá sair, certamente, da actual situação difícil e alcançar êxitos no futuro. No entanto, a concretização desse objectivo depende da conjugação de vários factores, entre os quais, a elevação da qualidade, obviamente de grande importância. No passado, Macau beneficiava de vantagens singularmente existentes ou emergentes num certo período. Mas hoje Macau, no século XXI, ficará isolado se carecer de excelentes qualidades nas áreas política, socio-económica e cultural. Os actuais desafios já nos levaram a prestar maior atenção à questão da qualidade. Temos motivos para acreditar que a falta de qualidade é um obstáculo ao desenvolvimento futuro de Macau e com base neste conhecimento, elevar a qualidade da sociedade em geral, incluindo a do Governo, será o princípio norteador da governação do Governo RAEM.

Todos reconhecem a necessidade de elevar a qualidade. Na verdade, isto é fácil, do ponto de vista teórico, e difícil, do ponto de vista prático. Nos últimos anos, a influência mútua entre a globalização e a economia intelectual tem provocado grandes transformações no desenvolvimento da economia mundial e, devido ao facto de a China persistir na reforma e abertura, tem mantido um ritmo bastante significativo e consistente no seu desenvolvimento. No contexto do seu rápido desenvolvimento interno e externo, Macau, sem dúvida, também tem que empenhar-se no seu acompanhamento. Mas, ao mesmo tempo, constatamos que, devido a certos factores, como sejam as limitações das nossas próprias condições e o impacto dos factores objectivos, as nossas energias ficaram dispersas e os processos normais de governação perturbados aquando da nossa adaptação às rápidas mudanças externas, que tem sido difícil e, muitas vezes, sufocante. Assim, por não ter sido oportunamente ajustada a nossa máquina e devidamente colmatadas as insuficiências, a qualidade não chegou a ser

melhorada em grande escala. Ao longo do corrente ano, embora as circunstâncias negativas externas tenham obrigado Macau a abrandar o seu ritmo de desenvolvimento, a verdade é que esta realidade objectiva nos tem permitido reflectir e reunir mais energias para reformular as oportunidades de melhoria. Vamos aproveitar este período para analisar e diagnosticar as insuficiências e tomar, atempada e realisticamente, as necessárias medidas com vista a aumentar a nossa competitividade. Desta forma, Macau, no seu todo, estará convenientemente preparado para responder com sucesso aos desafios do advento da recuperação externa e caminhar rapidamente para o desenvolvimento.

A melhoria da qualidade tem a ver com muitos aspectos e varia de pessoa para pessoa. A título individual, na era da investigação científica e tecnológica, enriquecer sucessivamente os conhecimentos e elevar as capacidades com recurso à formação contínua e permanente, devem ter a adesão e participação da população. Quanto aos serviços e às empresas, para não fracassarem perante a concorrência resultante da globalização, têm, obviamente, urgência em melhorar a eficiência e a qualidade dos seus produtos e serviços de acordo com os objectivos por si definidos.

Permitam-me aqui apresentar a importância da qualidade moral. Devido às incertezas e mudanças inesperadas, a adversidade e as situações favoráveis não são duradouras, portanto, se nos mantivermos optimistas e calmos perante as situações desfavoráveis, a nossa capacidade para suportar as dificuldades reforçar-se-á, de forma a que, ultrapassados os tempos difíceis, possamos encontrar soluções com calma e retomar o caminho sem sobressaltos.

O Governo estimulará e coordenará as iniciativas da comunidade. Para além de se empenhar em elevar a qualidade do ensino nas escolas, o Governo reforçará, também, a formação técnico-profissional e comercial. A formação não é temporária, mas destina-se a manter e reforçar, a longo prazo, a competitividade. Assim, os serviços competentes, tendo em conta as perspectivas do ajustamento da estrutura económica, as necessidades sentidas na divisão de trabalho regional e a tendência do desenvolvimento dos sectores, devem organizar formação de acordo com os objectivos, com carácter prático e perspectivada para o futuro. Para além disso, serão reforçados os mecanismos de coordenação da formação, evitando que os cursos se sobreponham e não correspondam às necessidades, aproveitando, assim, os recursos preciosos para melhorar a eficácia da formação. Por outro lado, o Governo estudará seriamente as propostas de necessidade de qualificação profissional exigida a certas funções, procurando elevar, gradualmente e através de medidas adequadas e seguras, o nível e o estatuto profissional dos respectivos trabalhadores.

Como Governo responsável, compreendemos bem a situação actual de todos os sectores de actividade e da população em geral e daremos maior atenção às empresas e cidadãos em dificuldades, com os quais nos sentimos identificados. É urgente para o Governo da RAEM atenuar as dificuldades da comunidade. Um Governo jovem como o nosso, não obstante as disponibilidades financeiras e de reserva limitadas, não se sente impedido para realizar esforços. O que está acima exposto, são os pontos principais da nossa acção governativa para o próximo ano que, em concreto, responderão à realidade social.

Face à situação relativamente difícil em que actualmente se encontram o sector comercial e a população em geral, o Governo da RAEM, depois de ter reflectido com prudência, determinou que, para além de medidas a longo prazo, seriam adoptadas, no próximo ano e a curto prazo, as seguintes medidas para ajudar os cidadãos a ultrapassar esta situação:

1. Redução de 25% no imposto profissional da população activa;
2. Redução de 500 patacas na contribuição predial urbana relativa a cada fracção industrial, comercial ou habitacional, ficando isento o seu pagamento nos casos em que o montante devido for inferior a 500 patacas;
3. Isenção da taxa da licença de reclamos e tabuletas das unidades comerciais;
4. Isenção da contribuição industrial;
5. Isenção do imposto de turismo dos restaurantes;

   A implementação destas medidas de redução e isenção de taxa e impostos representa uma diminuição das receitas fiscais do Governo na ordem das 250 milhões de patacas no próximo ano;

6. Atribuição suplementar de 10 milhões de patacas, destinada a apoiar os três tipos de família desfavorecidas com maiores dificuldades, a saber, as famílias monoparentais, as famílias com membros deficientes e as famílias com membros portadores de doença de carácter permanente;
7. Reforço orçamental em 10 milhões de patacas, destinado a subsidiar materiais escolares, por forma a incrementar o apoio aos estudantes carenciados;
8. Mobilização de 400 milhões de patacas para a criação de 4000 vagas em formação normalizada e correspondente às necessidades resultantes do desenvolvimento social, destinadas aos desempregados com curso secundário incompleto, desempregados do sector de serviços e aos graduados do ensino superior à procura de emprego, com vista a elevar o seu nível cultural e a competitividade profissional e no emprego, dotando-os de melhores condições para a entrada no mercado de trabalho do sector dos serviços de turismo, bem como nos demais sectores;
9. Continuidade do reforço nos planos de infraestruturas. No próximo ano, de entre as 1600 milhões de patacas do investimento global, 1200 milhões de patacas serão efectivamente investidas em projectos de infraestruturas. O Governo irá implementar medidas eficazes e reforçar a fiscalização no sentido de assegurar a concretização básica dos projectos de infra-estruturas para o próximo ano.
10. Para além de criar mais postos de trabalho, por iniciativa própria, o Governo irá encorajar e apoiar os projectos dos particulares de grande envergadura, e desta forma, proporcionar a criação de cerca de 6000 postos de trabalho, atenuando o problema do desemprego.

As referidas medidas são obrigações que um Governo responsável deve assumir, mas de facto, é impossível resolver todos os problemas. O nosso objectivo é desenvolver todos os esforços ao nosso alcance, para abrandar as pressões da população, fortalecendo assim a sua

confiança no futuro. Ao mesmo tempo, defendemos firmemente uma gestão financeira baseada na determinação de compartilhar as dificuldades com a população, e à medida que se forem mobilizando recursos para atenuar as dificuldades sociais, o Governo assumirá a atitude mais rigorosa de sempre no controlo das despesas administrativas. Os recursos do Governo, sendo provenientes da população, devem ser investidos no seu bem-estar, por isso, estamos convictos de que, os apoios do Governo à sociedade, que constituem investimentos para o futuro de Macau, transformar-se-ão num dos factores de recuperação e prosperidade da sociedade.

Ao concretizar as medidas, tanto a longo e a curto prazo, temos que salientar o conceito de "Servir o Povo" e concretizá-lo na prática de governação. Face às dificuldades sentidas no sector comercial e na vida dos cidadãos, devemos prestar atenção à sociedade, auscultando as aspirações dos cidadãos e conhecendo as respectivas dificuldades, no sentido de elevar o nível da nossa governação. Sendo parte integrante da população, os trabalhadores da função pública, a todos os níveis, devem envidar esforços e maior empenho, colocando-se no lugar de outrem, para servir os cidadãos e apresentar resultados que verdadeiramente beneficiem a população.

A superação das dificuldades actuais e a concretização, quanto antes, da plena recuperação económica depende dos esforços conjuntos do Governo, de todos os trabalhadores da função pública e da população em geral. Na realidade, a acção governativa do Governo, incluindo as medidas acima expostas, não conseguem produzir efeitos imediatos, necessitando de tempo para serem comprovados, pelo que esperamos que os cidadãos possam assumir uma atitude de compreensão e cooperação. Das experiências da sociedade internacional e das regiões vizinhas, tanto positivas como negativas, apercebemo-nos de que o desenvolvimento sustentado da sociedade é basicamente assegurado pela estabilidade e harmonia social, bem como pela vontade dos cidadãos em compartilhar as dificuldades. Em situações desfavoráveis, devemos manter-nos optimistas, acreditando na inteligência e nas capacidades da população, promovendo a solidariedade e defendendo, em conjunto, os interesses gerais da sociedade. Estamos convictos de que, a atitude de optimismo, confiança, solidariedade e progresso irão, certamente, encorajar-nos a superar a degradação interna da sociedade e os demais impactos negativos originados pelas situações difíceis e pelos conflitos sociais, permitindo, assim, que, com determinação, resistamos, adequadamente, a factores de provocação de conflitos internos. Desde a criação da RAEM, temos vindo a suportar as pressões de sucessivos desafios e, havendo ainda muitas dificuldades por superar, Macau, de um modo geral, tem mantido um desenvolvimento normal e estável, e através dos esforços conjuntos no sentido de encontrar soluções, tem-se caminhado, gradualmente, na senda do desenvolvimento. Tudo isto depende principalmente do profundo conhecimento que a população tem das regras do desenvolvimento local, compreendendo e apoiando as medidas de governação, e esse sentimento verdadeiro e valioso, evidenciado em situações desfavoráveis, reflecte o amor intenso pela Pátria e por Macau e o espírito de dono da casa, que se traduz na forte vitalidade de Macau. Estamos convictos de que, Macau ultrapassará todas as dificuldades, caminhando rumo a um futuro próspero.

Conclusão

Conclusão

Excelentíssima Senhora Presidente,
Excelentíssimos Senhores Deputados,

Desde a criação da RAEM, os serviços da administração pública e a Assembleia Legislativa, numa relação interactiva e equilibrada e num espírito de partilha e colaboração, têm vindo a envidar esforços conjuntos nas suas áreas de actuação e responsabilidades, em prol do bem-estar da comunidade, havendo que garantir a manutenção desses esforços. O Governo manter-se-á estreitamente ligado à nova legislatura da Assembleia Legislativa para que a assimilação da sua inteligência possa ser transformada em acções governativas, cujos resultados trarão benefícios à população.

Antes de finalizar, permitam-me salientar o seguinte: sob os princípios de "um país, dois sistemas", de "Macau governado pelas suas gentes" com alto grau de autonomia, o Governo da RAEM continuará, com firmeza, a observar a Lei Básica e partindo dos interesses dos cidadãos e da estabilidade social, serão concretizados, com o nosso maior empenho, os objectivos de acção governativa do ano de 2002, com base nos frutos governativos do ano de 2001.

Tendo em conta as potencialidades de Macau e os factores complementares externos, estamos convictos de que, nos próximos anos, Macau transformar-se-á numa cidade modernizada. Nesta cidade, o sector do turismo e do jogo constituirá o eixo motor que conduzirá o desenvolvimento sucessivo das demais actividades. Neste contexto, estão igualmente dentro da nossa expectativa novos cenários, nomeadamente o investimento de grande volume de capitais, o funcionamento avançado de todos os sectores, o aumento evidente da taxa de emprego e o aperfeiçoamento da rede da comunicação e transportes, interna e externa. Por outro lado, a função de plataforma comercial de Macau será mais relevante, com a adesão da China à Organização Mundial do Comércio. As convenções e exposições e as indústrias de protecção ambiental e de alto valor acrescentado, devido às suas grandes potencialidades, terão um desenvolvimento destacado. As grandes infra-estruturas projectadas pela RAEM, incluindo os recintos dos Jogos de Ásia Oriental de 2005, irão elevar o nível de modernização da cidade, dando-lhe uma imagem de progresso, nova e notória. Os jovens de Macau que sempre manifestaram grande vontade na aprendizagem, irão formar uma nova geração dotada de qualificações de nível superior e desenvolverão as suas capacidades nos diversos campos, elevando assim, em geral, a qualidade da população. À medida que a sociedade for progredindo, os trabalhos do Governo irão também acompanhar a evolução dos tempos. Nos próximos anos, a reforma, integral e sistemática, do regime jurídico e da administração pública, por um lado, reforçará os serviços prestados pelo Governo, acompanhando o bom funcionamento de todos os sectores, e por outro, irá baixar, em geral, o custo do desenvolvimento social, permitindo um maior avanço no progresso de Macau. Embora as reformas não possam ser concretizadas de um dia para o outro, o mais importante é que já estão fixadas as orientações de aperfeiçoamento contínuo. De entre estas, destacar-se-á a qualidade dos trabalhadores da função pública que, a diferentes ritmos, tenderá a

melhorar de ano para ano. Em suma, o futuro previsto, o caminho definido, a boa preparação e o sucesso previsível retratam perfeitamente o processo do desenvolvimento de Macau.

As perspectivas acima expostas não são expectativas e propaganda que criamos intencionalmente, nem tão pouco são ilusões com vista a acalmar os cidadãos. É com a mesma atitude objectiva e pragmática que observamos a situação actual e perspectivamos o futuro. Por isso, embora os objectivos não possam ser concretizados de um dia para o outro, não devemos ser pessimistas e perder o espírito empreendedor. Por outro lado, ainda que o desenvolvimento social reúna condições suficientes, naturais e humanas, em conjugação com os serviços rápidos e eficazes da Administração, ninguém poderá obter benefícios sem que preste contributos. O essencial é que cada um dos cidadãos, considerando a sua própria condição, agarre as oportunidades para criar um futuro brilhante, com os esforços incessantes e inteligência de grande alcance, ao ritmo das correntes e tendências da sociedade. É neste factor que assenta a nossa confiança e determinação, bem como o bem-estar futuro da população de Macau.

Apresento, finalmente, os meus sinceros votos de agradecimento a todos os trabalhadores da função pública, pela sua dedicação profissional, e à população em geral, pelo seu apoio à acção governativa do Governo, ao longo do ano passado.

Obrigado a todos.

Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2002 do Governo da Região Administrativa Especial de Macau

Síntese

Área da Administração e Justiça

Em 2001, registaram-se progressos na área da Administração e Justiça, tendo por base a manutenção e prossecução dos trabalhos do ano passado.

No domínio do serviço público, temos vindo a implementar o princípio de "ter por base a população", providenciando serviços de maior qualidade. Neste sentido, 16 serviços públicos já lançaram 169 "cartas de qualidade". A Direcção dos Serviços de Identificação de Macau obteve a certificação do sistema de gestão de qualidade ISO 9001:2000 no âmbito do seu serviço de documentos de viagem, demonstrando a determinação dos serviços públicos do Governo da Região Administrativa Especial de Macau em atingir níveis internacionais, fornecendo assim uma garantia de qualidade reconhecida internacionalmente que contribui para a obtenção da isenção de vistos para os documentos de viagem da Região Administrativa Especial de Macau. Para aumentar a qualidade dos serviços prestados e a eficiência administrativa, e incrementar a transparência da acção governativa, continuamos a submeter-nos, através dos mecanismos criados, à fiscalização pública, encorajando a população e os trabalhadores da Administração Pública a apresentarem sugestões quanto à melhoria dos serviços prestados, bem como têm sido publicados e editados diversos tipos de publicações para apresentar o funcionamento do Governo e os procedimentos administrativos.

Para aumentar a qualidade global dos serviços prestados pela Administração e fazer a articulação da acção governativa, criando uma base sólida para a promoção da reforma administrativa, neste ano introduzimos referências importantes, tais como: reforço do espírito de servidor público, promoção da consciência de integridade e isenção de corrupção, técnicas de gestão, etc., nos cursos de formação, incluindo o "Curso de Gestão e Desenvolvimento para os Trabalhadores da Administração Pública de Categorias Médias e Superiores", "Curso de Formação Essencial para os Trabalhadores da Administração Pública", cursos técnico-profissionais, cursos de formação linguística e cursos de formação especial. Além disso, o Centro de Formação de Magistrados foi reestruturado, passando a designar-se Centro de Formação Jurídica e Judiciária, que tem por atribuições específicas a realização de cursos de formação jurídica para os funcionários públicos e a formação de magistrados.

Partindo do princípio da "distribuição racional e maximização dos recursos humanos", desenvolvemos da melhor forma a gestão integrada dos recursos humanos. Através da criação de grupos de trabalho inter-serviços, desenvolveu-se a "administração pública electrónica", tendo por objectivo promover o uso comum dos recursos.

Também os regimes e disposições no domínio da Administração Pública, designadamente o regime da classificação de serviço e o regime disciplinar, têm sido objecto de estudo, aperfeiçoamento e definição de orientações.

Os dois órgãos municipais provisórios têm continuado a prestar da melhor forma os seus serviços, melhorando o meio ambiental e sanitário, efectuando o embelezamento urbano, fornecendo aos cidadãos diversas actividades culturais e recreativas e assumindo a gestão do Centro Cultural de Macau. A higiene alimentar tem sido controlada com rigor, no âmbito das atribuições de inspecção higieno-sanitária. Foram criados grupos de trabalho específicos para

a resolução adequada das situações emergentes da "gripe das aves" e da "febre de Dengue". Na prevenção da "febre de Dengue", foram contratados temporariamente mais de 300 desempregados que, depois de apropriadamente treinados, se juntaram ao restante pessoal para em conjunto procederem à desinfestação radical e duradoura dos locais de proliferação dos mosquitos.

A proposta de lei sobre a "Criação do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais" foi apresentada à Assembleia Legislativa e por esta aprovada, na generalidade. Na proposta em causa, sugere-se a extinção das duas Câmaras Municipais Provisórias para em seu lugar ser criado o novo Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais que, além de absorver todas as atribuições conferidas às Câmaras Municipais Provisórias, passará também a deter importantes atribuições no domínio dos assuntos cívicos e outros relacionados com a vida da população, servindo-a assim de uma forma mais ampla e eficaz. Com a criação deste Instituto, também se dá um passo importante na simplificação da estrutura global do Governo, contribuindo para o aproveitamento racional dos recursos financeiros e humanos .

Durante as eleições para a segunda legislatura da Região Administrativa Especial de Macau, colocámos todo o empenhamento na realização, de acordo com as disposições legais, nos trabalhos de recenseamento eleitoral e divulgação, bem como foram adoptados os meios mais eficazes para assegurar eleições justas e isentas de corrupção.

No que respeita à produção legislativa, houve participação ou apoio directo na conclusão de diversos projectos de lei e na elaboração de regulamentos administrativos, ordens executivas e despachos do Chefe do Executivo. Por outro lado, tem sido dado especial relevo à recolha de opiniões dos diversos sectores da comunidade sobre os assuntos legislativos e tem-se continuado, através de diversos canais, a divulgar conhecimentos jurídicos.

Obtiveram-se progressos substanciais em termos de cooperação judiciária, tendo sido celebrados acordos com Portugal e com o Interior da China. Foram concluídos os relatórios periódicos, exigidos pelos diversos pactos e convenções internacionais e enviado pessoal para participar nas reuniões de apreciação dos mesmos. Foram publicados, até princípios de Outubro, 46 normas de direito internacional / inter-regional e deliberações do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Foram cumpridas as obrigações determinadas pelos pactos e convenções internacionais e marcada presença, com participação activa, nos assuntos e actividades de Direito Internacional.

Prosseguiram-se os trabalhos preparatórios para a emissão do novo Bilhete de Identidade de Residente. Totalizam 32 os países que, até à data, concederam isenção de visto ao passaporte da Região Administrativa Especial de Macau e 4 os que concederam isenção de visto aos documentos de viagem da Região Administrativa Especial de Macau. Até finais de Outubro, foram emitidos um total de 76 394 passaportes, 6 988 documentos de viagem e 132 984 títulos de visita de residentes de Macau à Região Administrativa Especial de Hong Kong.

Com os esforços que têm sido envidados ao longo dos quase dois anos após a reunificação, e graças ao apoio dispensado pela população e ao empenho de todos os trabalhadores da Administração Pública, a eficiência administrativa e a qualidade do serviço prestado

conheceram uma melhoria significativa, mas há que reconhecer que muito se poderá ainda fazer nesta matéria. Por isso, para o ano 2002, que se aproxima, foi definida uma série de programas e medidas tendentes a melhorar e aumentar mais ainda os trabalhos nos diversos aspectos.

No âmbito da Administração Pública, envidaremos esforços para aperfeiçoar a estrutura administrativa, de acordo com a Lei Básica e demais princípios e normas dos diplomas legais correlativos, concluiremos o estudo das leis orgânicas da Administração Pública e apresentaremos os respectivos projectos de lei de alteração e aperfeiçoamento. Será assegurada, de acordo com a lei, a supervisão do funcionamento do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e com outros serviços públicos procederemos ao estudo aprofundado sobre eventual sobreposição de atribuições e à apresentação subsequente de soluções para adequada regularização, bem como esforçar-nos-emos na criação de novos tipos de serviços a desenvolver por aquele Instituto e na implementação e reforço de mecanismos de resposta a emergências, por forma a estarmos bem preparados para fazer frente a situações imprevistas.

No processo de simplificação dos procedimentos administrativos, de reforço da fiscalização administrativa e de promoção da modernização da Administração, propõe-se que sejam auscultadas as opiniões e as sugestões dos diversos sectores e dos trabalhadores da Administração Pública, designadamente as sugestões que contribuam para um aproveitamento mais eficaz dos recursos, simplificação da estrutura e simplificação das formalidades administrativas, bem como para o aumento da transparência das acções governativas. Propomo-nos alargar os canais de diálogo interno entre superiores e subordinados dos diversos Serviços Públicos e da cooperação mútua. A criação do Observatório para a Modernização Administrativa, constituída por pessoal dos serviços públicos, representantes das associações dos trabalhadores da Administração Pública e profissionais, apresentará sugestões, com vista ao aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos, simplificação da estrutura e revisão da legislação da Administração Pública.

Será dada continuidade ao suporte e alargamento do plano "carta de qualidade" pelos diversos serviços públicos, tendo por base os programas oferecidos pelas actuais "cartas de qualidade". Em simultâneo com a manutenção dos requisitos exigidos para a obtenção da certificação internacional pelo sistema ISO na Direcção dos Serviços de Identificação, a Imprensa Oficial irá testar o Sistema de Gestão de Qualidade ISO 9001:2000. Será largamente promovido o reajustamento adequado do horário de funcionamento dos serviços públicos, por forma a facilitar a vida dos cidadãos no cumprimento das formalidades administrativas. Será promovida, a título experimental, a prestação de um serviço célere do tipo "one stop" que consiste no processamento de assuntos de idêntica natureza num determinado local, de forma concentrada, pelos diferentes serviços públicos envolvidos.

Prosseguir-se-ão os trabalhos no domínio da "administração pública electrónica", incluindo a análise e o estudo de forma integrada relativo à operacionalidade do tratamento das formalidades administrativas utilizando os formulários obtidos através da *internet* e a adaptação das respectivas leis. Impulsionar-se-ão os serviços públicos para utilizarem a *internet* na troca de diversos tipos de dados electrónicos, alargando a utilização do correio electrónico, e reorganizar-se-á o portal do Governo da RAEM.

Prosseguir-se-á a revisão integral do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau e dos demais diplomas legais correlacionados, por forma a resolver as questões existentes nos regimes disciplinar, de ingresso, desligação de serviço e aposentação da Administração Pública, mantendo a dinâmica do funcionalismo público.

De acordo com o relatório, já apresentado, sobre o pagamento ou não de imposto profissional por parte dos trabalhadores da Administração Pública, tornou-se claro que, com base no princípio da igualdade em termos de tributação, os trabalhadores da Administração Pública têm obrigação de pagar impostos. Quanto às medidas concretas de execução, irão ser estudadas juntamente com a reforma do regime do imposto profissional que está prestes a iniciar-se, estando planeada para 2003 a respectiva implementação.

No que respeita aos trabalhadores da Administração Pública, serão analisados e revistos os cursos de formação ora existentes, por forma a harmonizá-los com as circunstâncias reais e as necessidades da RAEM. Serão promovidas acções para criar e aumentar o espírito de servidor público, de honradez, de equipa e de visão internacional, bem como o nível técnico-profissional e a capacidade de liderança e gestão, acções para solidificar gradualmente a formação jurídica dos trabalhadores da Administração Pública, designadamente a formação especializada para destinatários diferentes. Estudaremos a viabilidade da realização de cursos através da *internet*, por forma a flexibilizar os horários lectivos e diversificar os programas dos cursos.

Serão promovidas acções de sensibilização para a integridade, evitando actos de corrupção activa e passiva e assegurando o aproveitamento racional dos recursos governamentais e a sua maior rentabilização, bem como elaboradas diversas normas e instruções claras, em coordenação com os Comissariados Contra a Corrupção e de Auditoria.

Serão desenvolvidas acções no sentido de intensificar a gestão e o aperfeiçoamento dos dados sobre a situação dos recursos humanos da Administração Pública, para servir de suporte à coordenação e definição das políticas de recursos humanos, bem como de apoio à selecção e recrutamento de pessoal para os diversos Serviços Públicos.

No que se refere à área dos assuntos de justiça, irão ser elaborados, no primeiro trimestre do próximo ano, os planos de produção de diplomas legais a curto e médio prazos, assim como o faseamento da revisão dos mesmos. Será mantida a promoção do desenvolvimento económico como uma das prioridades no planeamento global de elaboração de diplomas legais, assim como procederemos à revisão dos diplomas concernentes, designadamente as normas que permitam a captação de investimentos. Apurar-se-á a situação da afectação das pessoas com formação jurídica nos serviços públicos e proceder-se-á aos apropriados reajustamentos de acordo com as necessidades dos serviços e as áreas de especialização, de modo a reforçar os trabalhos de produção jurídica. Prosseguir-se-á, através do Grupo de Trabalho para o Estudo e Adaptação da Legislação, aos estudos tendentes ao aperfeiçoamento do sistema jurídico da Região Administrativa Especial de Macau, e apresentar-se-ão sugestões e medidas concretas.

Prosseguirá o acompanhamento da situação da aplicação dos diplomas, intensificando o

actual mecanismo de produção de diplomas legais inter-serviços e desenvolvendo a cooperação entre os vários serviços, visando a elevação da eficiência na produção dos diplomas legais. Serão ampliados os canais de consulta jurídica, absorvendo as opiniões de profissionais, a fim de que a legislação esteja sempre a par da evolução da sociedade. Serão revistos os diplomas correspondentes, a fim de articular com a promoção, a título experimental, do projecto de prestação de serviços "one stop" para o registo de compra e venda de imóveis e de sociedades comerciais, reavaliando as experiências e divulgando assim os serviços "one stop".

Tendo sido efectuados estudos e ouvidas as respectivas opiniões sobre a criação do Juízo de Pequenas Causas Cíveis, começar-se-á por equacionar a simplificação de procedimentos e envidar esforços para que com a organização de um novo curso de formação de magistrados no decurso do ano 2001 e o planeamento da abertura de um curso de formação de funcionários judiciais, se criem assim condições para a sua dotação de pessoal. Entretanto, estão em fase de elaboração os respectivos diplomas de modo a que oportunamente possa ser criado o Juízo de Pequenas Causas Cíveis. Além disso, equacionar-se-á, juntamente com as entidades competentes, a viabilidade da criação de outros juízos especializados e as medidas correspondentes.

Continuaremos a adoptar por várias formas e mecanismos, a divulgação junto da população de conhecimentos jurídicos, da Lei Básica e outros conhecimentos de direito, em cooperação com outros serviços da Administração Pública, escolas e associações cívicas, promovendo a edição de livros e publicações sobre questões jurídicas. Será continuado o trabalho de recensão e edição de diplomas, promovendo o estudo do direito, bem como permitindo aos cidadãos a consulta dos diplomas legais publicados desde 1976 através da *internet*.

Em cumprimento do princípio "um país dois sistemas" e dos princípios fundamentais da Lei Básica, serão desenvolvidas acções de cooperação judiciária, bem como de participação activa nos assuntos e actividades de direito internacional, por forma a intensificar os intercâmbios.

Quanto aos outros domínios, depois de elaborados e aprovados os respectivos diplomas legais, iniciar-se-á a substituição dos bilhetes de identidade que passará a adoptar a tecnologia utilizada nos "cartões inteligentes". Na programação e coordenação desta actividade que se prevê que esteja concluída em quatro anos, será tomada em conta a conveniência da população. Com o apoio do Governo Central, prosseguir-se-ão as acções de divulgação dos documentos de viagem da RAEM, com vista a obter junto dos diversos países a isenção de visto para estes documentos. De acordo com a vigente Lei de Recenseamento Eleitoral, prosseguir-se-ão os trabalhos de recenseamento eleitoral dos indivíduos que reúnam os requisitos. Continuar-se-á a prestar a melhor assistência possível aos jovens internados no Instituto de Menores e serão melhoradas as condições de habitabilidade deste estabelecimento.

Área da Economia e Finanças

Em 2001, com a influência da desaceleração do ritmo do desenvolvimento económico no mundo e o impacto provocado pelos atentados terroristas do dia 11 de Setembro nos Estados Unidos da América, registou-se um abrandamento no passo da recuperação económica de Macau. Prevê-se que a taxa de crescimento económico de todo o ano seja inferior à prevista no princípio do corrente ano. Nos primeiros nove meses, registou-se um aumento nas receitas do jogo na ordem dos 13,32%, o número de visitantes aumentou 12,6%, as receitas financeiras cresceram 14,9%, enquanto que as exportações de mercadorias diminuíram 10,5% nos primeiros oito meses. E em torno deste domínio, foi levado a cabo neste ano um conjunto variado de tarefas, que se traduzem essencialmente no seguinte:

Aperfeiçoamento do ambiente para o desenvolvimento das actividades comerciais. A tarefa fundamental consiste no melhoramento da legislação da área económica. Em colaboração com as entidades públicas e privadas envolvidas, foram intensificados os trabalhos relativos à alteração dos diplomas legais da área económica. Os que foram revistos são os seguintes: a Substituição do Imposto da Sisa pelo Imposto do Selo, o Regime Jurídico dos Fundos Privados de Pensões, o Regulamento do Alargamento do Regime de Segurança Social aos Trabalhadores por Conta Própria, o Regime Jurídico do Exercício das Actividades de Mediação de Seguro, o Regime Jurídico dos Acidentes de Trabalho e das Doenças Profissionais, entre outros. E relativamente aos diplomas legais cuja alteração está prestes a ser concluída incluem-se: o Regime Jurídico do Sistema Financeiro, o Regulamento Administrativo sobre a Importação de Trabalhadores não residentes, a Lei dos Processos Laborais, o Regime Jurídico das Relações Laborais e a Lei do Fundo de Segurança Social. Além disto, verificou-se nos serviços públicos um melhoramento no tratamento dos assuntos administrativos, levando, por conseguinte, ao aumento da eficiência das suas tarefas administrativas. O Departamento da Indústria da Direcção dos Serviços da Economia lançou, em Agosto, a "Carta de Qualidade", enquanto que o Departamento de Emprego e o Departamento de Inspecção do Trabalho, ambos da Direcção dos Serviços de Trabalho e Emprego, vão implementar este tipo de serviço no final deste ano.

Reconhecimento preliminar pela comunidade internacional do empenho na defesa do sistema capitalista da economia de mercado livre existente em Macau. Tanto os Estados Unidos da América e a União Europeia como algumas organizações económicas internacionais atribuíram a Macau valores positivos em relação aos trabalhos desenvolvidos na defesa do sistema da economia de mercado livre. A Organização Mundial do Comércio reconheceu, na avaliação da política do comércio e de investimento de Macau, realizada no mês de Março do corrente ano, que Macau mantinha um dos sistemas mais abertos do mundo em termos de política comercial e de investimento.

Melhoramento da situação do emprego e atenuação das dificuldades dos desempregados. Tendo sido cumprido com rigor o princípio da importação de mão-de-obra não residente visar apenas o suprimento da insuficiência dos recursos humanos locais, conseguiu-se, nos primeiros nove meses, reduzir um total de 929 trabalhadores

não residentes (TNR´s). Ao mesmo tempo foram combatidos com rigor os actos de contratação ilegal de TNR's nos termos da lei. Para aumentar os serviços de selecção e de colocação e encaminhamento de candidatos ao emprego, a Direcção dos Serviços de Trabalho e Emprego (DSTE) melhorou o procedimento administrativo referente ao registo na Bolsa de Emprego. E em colaboração com as associações representativas de trabalhadores e empregadores, a DSTE promoveu ainda um conjunto de acções de apresentação de empregos, proporcionando especialmente aos desempregados com dificuldades particulares um serviço "one-stop" para obtenção de subsídios sociais, aumentando também as actividades de formação profissional, nomeadamente cursos grátis para determinados desempregados. E devido a todos estes esforços, foi melhorada a situação do emprego e registado um decréscimo na taxa de desemprego. Entre Julho e Setembro, a taxa de desemprego registada foi de 6,3%, representando um decréscimo de 0,4% quando comparada com o período homólogo do ano transacto, e também uma redução de 0,5% relativamente aos 6,8% registados no ano 2000.

Primeiros sucessos relativamente à atracção de investidores e na captação do investimento estrangeiro. Ao longo deste ano, por meio da simplificação das formalidades administrativas, melhoramento do serviço "one-stop", e do reforço da eficiência no que respeita à apreciação dos projectos de investimento bem como da alteração da Lei da Fixação de Residência, verificou-se um aumento no volume do investimento estrangeiro. Nos primeiros nove meses, registaram-se 989 pedidos de fixação de residência através de investimento, o que representa um aumento de 225% em relação a igual período do ano anterior, e o valor dos capitais assim captados estima-se em cerca de 900 milhões de patacas. De entre os pedidos, foram autorizados 360, o que representa um acréscimo de 183% quando comparado com o período homólogo do ano transacto. Quanto aos outros investimentos captados pelo Instituto da Promoção do Comércio e do Investimento de Macau durante os primeiros nove meses, o total dos capitais envolvidos atingiu 167 milhões de patacas. Para além disto, estavam em fase de planeamento ou na fase final de apreciação 4 projectos de investimento de grande envergadura, cujo valor total se estima em cerca de 620 milhões de patacas.

A Autoridade Monetária de Macau efectuou uma fiscalização prudente em relação às actividades das instituições financeiras e às operações cambiais, daí resultando que o sistema financeiro de Macau se tenha conseguido manter estável e saudável apesar de ter se confrontado com uma situação de instabilidade no panorama económico mundial. Além disso, a mesma entidade pública, em colaboração com outros serviços governamentais, envidou esforços para combater o branqueamento de capitais, cujo empenho foi reconhecido pelo *Asia-Pacific Group on Money Laundering* e pelo *Offshore Group for Banking Supervisors*. No mês de Maio do corrente ano, Macau foi admitido formalmente como membro do *Asia-Pacific Group on Money Laundering*. Por outro lado, no sentido de dar apoio às pequenas e médias empresas e após diversos estudos, a Autoridade Monetária de Macau (AMCM) propôs ao Governo um esquema designado por Sistema de Seguros de Crédito para Pequenas e Médias Empresas. Até ao final de Setembro, os activos da Reserva Cambial atingiram o nível mais elevado de 29,1 biliões de patacas, o que se traduz num aumento de 9,3% em relação ao final do ano transacto. No Fundo de Reserva da RAEM, registou-se também um sentido positivo

durante o mesmo período acima citado, com o seu activo a elevar-se a 10,86 biliões de patacas, o que representa um acréscimo de 3,2%.

Funcionamento saudável e eficaz dos fundos de segurança social e de pensões para os trabalhadores da Administração Pública. Até ao final do mês de Julho, os activos totais do Fundo de Segurança Social atingiram 775 milhões de patacas, o que se traduz num aumento de 1,84% em relação ao valor registado até ao final do ano transacto. Os activos totais do Fundo de Pensões para os trabalhadores da Administração Pública registados durante igual período de tempo cifraram-se em 3,659 biliões de patacas, o que representa um acréscimo de 8,3% quando comparado com o valor de 3,379 biliões de patacas reportado ao final do ano anterior. Além disto, o Fundo de Segurança Social utilizou a dotação atribuída pelo Governo para apoiar os desempregados com dificuldades particulares, o que contribuiu, de certa forma, para aliviar as dificuldades da população e manter a estabilidade social.

Sucesso da operação dos Censos e o melhoramento do Sistema da Informação Estatística. Os Censos realizados neste ano envolveram um maior volume de trabalho mas, graças a uma preparação adequada e ao apoio e colaboração de toda a população em geral, foram concluídos com sucesso os respectivos trabalhos e atingidas as metas pré-definidas. Os resultados preliminares irão ser divulgados no mês de Dezembro do corrente ano. Além disso, de acordo com o Sistema de Divulgação de Dados Globais (GDDS) recomendado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), foram actualizados os dados estatísticos das áreas social e económica. Além disto, encontra-se basicamente concluída a elaboração da 3ª Revisão da Nomenclatura para o Comércio Externo de Macau /Sistema Harmonizado. Será lançado em Novembro deste ano o Inquérito aos Preços de Venda por Grosso dos Produtos Frescos Alimentares.

Criação gradual do mecanismo de cooperação económico-comercial com o interior da China, a nível oficial. Em Maio deste ano formou-se um Grupo de Ligação para a Cooperação entre Macau e Guangdong, no âmbito do qual foi constituído o Grupo de Trabalho a nível da Cooperação Económica e Comercial. A Comissão de Ligação Comercial do interior do país e da RAEM, por seu turno, foi constituída em Julho, à qual foram afectados dois grupos de trabalho: o do comércio e investimento e outro da cooperação económica. Têm levado a cabo sucessivamente o projecto de desenvolvimento conjunto da Ilha da Montanha com Zhuhai. Por outro lado, registaram-se também os primeiros êxitos no âmbito do intercâmbio e cooperação económico-comercial com Fujian e Chongqing.

Em termos de perspectiva para o ano de 2002, o cenário da economia mundial não estará muito claro e a sombra da tragédia ocorrida nos EUA no dia 11 de Setembro não poderá ser apagada a curto prazo. Apesar de a liberalização do sector do jogo poder proporcionar a Macau oportunidades para desenvolver a sua economia, a conjuntura económica de Macau no próximo ano, de um modo geral, será ainda mais difícil, confrontando-se particularmente com uma recessão económica no exterior, aumento da pressão sentida nas exportações bem como a fraca procura no próprio mercado interno. Estes constituirão, pois, os principais problemas que o desenvolvimento económico de Macau irá enfrentar no próximo ano. Pelo

exposto, as linhas gerais da acção governativa no domínio da economia e finanças no ano de 2002 serão as seguintes: segundo as orientações gerais das linhas de acção governativa do Chefe do Executivo, aproveitar as oportunidades a criar pela liberalização do sector do jogo e da adesão da China à Organização Mundial do Comércio para ultrapassar todas as dificuldades internas e externas no desenvolvimento económico; promover a restruturação e transformação da economia de Macau e elevar a sua competitividade integrada; procurar alcançar os objectivos traduzidos na manutenção da tendência de recuperação da economia, na diminuição da taxa de desemprego e no melhoramento do ambiente para o desenvolvimento das actividades comerciais. Estas acções constituirão uma base sólida para que Macau possa desenvolver-se, de uma forma gradual, como uma cidade de serviços modernizada, de turismo, jogo e de comércio. Neste contexto, os programas-chave incidirão sobre os seguintes aspectos: continuar a aperfeiçoar o ambiente para o desenvolvimento das actividades comerciais; impulsionar a retoma económica; reforçar a fiscalização do sector do jogo; prestar apoio às pequenas e médias empresas e melhorar a situação do emprego. Os respectivos trabalhos vão ser desenvolvidos essencialmente do seguinte modo:

Continuar a aperfeiçoar o ambiente para o desenvolvimento das actividades comerciais. O ponto fulcral deste trabalho reside na revisão e melhoramento dos diplomas legais da área económica, incluindo o Regulamento do Imposto Complementar, o Regulamento do Imposto Profissional, o Regime Jurídico do Imposto sobre os Veículos Motorizados, o Enquadramento Legal relativo aos Incentivos Fiscais, o Regulamento sobre o Imposto de Consumo, o Regime Jurídico do Comércio Externo, o Regime Jurídico do Licenciamento Industrial, o Regime Jurídico das Relações Laborais e o Regime Jurídico da Saúde e Segurança Profissional. Além disto, com a exigência de "servir o povo e proporcionar facilidades aos investidores", proceder-se-á à revisão e simplificação dos procedimentos administrativos no sentido de elevar a eficiência administrativa e implementar a "Carta de Qualidade" em mais serviços públicos.

Impulsionar a recuperação económica. Neste âmbito, será assegurado o investimento público de certa escala e aumentada a construção de infra-estruturas. Estudar-se-ão as providências adequadas para promover os investimentos privados. A par da atracção de mais investidores e investimentos estrangeiros, serão incentivados e promovidos os investimentos dos empresários locais. Tomar-se-ão medidas adequadas para estimular o consumo local, particularmente para aumentar o consumo dos visitantes em Macau. Por outro lado, prestar-se-ão apoios às empresas industriais e comerciais por forma a ultrapassar dificuldades e explorar mais mercados no exterior.

Reforçar a fiscalização do sector do jogo e assegurar o desenvolvimento estável e saudável do sector após a sua liberalização. Esta é a razão pela qual se irá aperfeiçoar o sistema de fiscalização e a estrutura da gestão do sector do jogo, elevar a qualidade do pessoal de fiscalização e o seu espírito de cumprimento da disciplina, bem como reforçar a gestão dos casinos. Ao mesmo tempo, irá ser estudada a tomada de políticas e medidas adequadas para que o sector do jogo impulsione o desenvolvimento dos sectores com ele relacionados, bem como o desenvolvimento da economia em geral. Por outro lado, serão estudadas as novas situações e problemas que possam emergir após a liberalização do sector do jogo.

Prestar apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas. Irá ser posto em prática, de forma eficaz, o plano sobre o Sistema de Seguros de Crédito para Pequenas e Médias Empresas. A Autoridade Monetária de Macau, o Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia de Macau e o Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau irão reforçar os seus serviços prestados às referidas empresas. Aliás, serão mobilizados recursos adequados para organizar cursos de formação práticos e eficientes para essas empresas, o que poderá ajudá-las a elevar o seu nível técnico e de gestão. Por outro lado, apoiar-se-ão e incentivar-se-ão as associações particulares a promoverem acções com vista a ajudar as pequenas e médias empresas, para além de estimular e promover o espírito empreendedor e inovador dos empresários.

Impulsionar o emprego e atenuar as dificuldades dos desempregados. Face à pressão do aumento da taxa de desemprego, a par de se pretender criar postos de emprego através da promoção do desenvolvimento económico, continuar-se-á a reforçar e melhorar os serviços de apresentação de emprego, incluindo a intensificação contínua da cooperação com as associações representativas de empregadores e/ou trabalhadores e outras associações no sentido de proporcionar aos desempregados esse tipo de serviço. Estudar-se-á ainda a mobilização de recursos apropriados para incentivar e apoiar os desempregados a constituírem as suas próprias empresas. Será aperfeiçoada a formação profissional para elevar a sua eficácia, incluindo o melhoramento do mecanismo de coordenação da formação profissional, o ajustamento da orientação e dos objectivos dessa formação bem como o aumento da formação profissional do sector dos serviços. Continuar-se-á a estimular, apoiar e coordenar as associações particulares e os empregadores a realizarem cursos de formação profissional. Será ainda concedida, conforme as realidades, a dotação especial atribuída pelo governo para apoiar os desempregados com dificuldades particulares.

Continuar a reforçar e melhorar a gestão da importação de mão-de-obra não residente. Para o efeito, continuar-se-á a defender que a política da importação de mão-de-obra não residente visa apenas suprir a insuficiência de recursos humanos locais. Entretanto, implementar-se-á a Lei de Bases da Política de Emprego, continuando-se a reduzir os números dos TNR's não qualificados que se encontrem em excesso e a apreciar-se com mais rigor todos os pedidos. Por outro lado, irá proceder-se rigorosamente à fiscalização e punição dos actos de contratação ilegal de TNR's, nos termos da lei. Continuar-se-á a reforçar e desenvolver as funções do Conselho Permanente da Concertação Social no sentido de rever e alterar as políticas laborais. Tendo como pressuposto desenvolver plenamente os quadros locais, importar-se-á, de forma metódica, gradual e controlada, pessoal altamente qualificado e procurado em Macau, a fim de aumentar a competitividade de Macau.

Fomentar e orientar o ajustamento da estrutura da economia por forma a acelerar a sua transformação. Aproveitar-se-á a liberalização do sector do jogo e a reforma do seu modelo de exploração para elevar a categoria e competitividade do sector do jogo e turismo em Macau. Promover-se-á o desenvolvimento do sector do jogo para que este impulsione outros sectores com ele conexos, tendo ainda por objectivo desenvolver Macau, a um ritmo progressivo, como um centro de jogo e turismo mais moderno, específico e diversificado na

região asiática. Face ao fim do sistema de quotas na indústria de vestuário e têxteis no ano de 2005, será estimulada e apoiada esta indústria para elevar a sua competitividade e concretizar a sua transformação e desenvolvimento. Ao mesmo tempo, perante as situações de eventual transferência, mudança do ramo de actividade e encerramento de determinadas fábricas, estudar-se-ão as respectivas medidas. Além disto, será estudada a definição de estratégias e a tomada de medidas com vista a apoiar e estimular, de forma seleccionada, o desenvolvimento adequado dos novos sectores de actividade, incluindo os sectores da Tecnologia de Informação, medicina tradicional chinesa, serviço logístico, serviços financeiros *offshore*, reunião e exposição, área electrónica e de inovações. Por outro lado, envidar-se-ão esforços para acompanhar e apoiar, de forma activa, o funcionamento do Centro Incubador de Novas Tecnologias de Macau.

Gerir com rigor e prudência os recursos financeiros, fiscalizar e controlar rigorosamente as despesas do Governo e optimizar os recursos financeiros públicos. Dar-se-á início sucessivamente ao estudo da reforma sobre os sistemas financeiro-administrativo e do tesouro, incluindo o estudo da alteração da Lei de Bases do Orçamento e dos respectivos diplomas legais da área financeira, bem como do melhoramento da gestão do orçamento e da fiscalização da auditoria das entidades autónomas, proporcionando uma base preliminar para a reforma do sistema financeiro. O objectivo principal da reforma do sistema financeiro é criar um regime de elaboração do orçamento e de administração financeira uniformizado, eficaz e com características de racionalização dos recursos financeiros, podendo ainda contribuir para o desenvolvimento sócio-económico.

Continuar a reforçar a supervisão financeira e regularizar a ordem do mercado financeiro a fim de garantir a estabilidade e a segurança do sistema financeiro. O aspecto mais importante nesta área consiste em reforçar a supervisão bancária, fortalecer o mecanismo de gestão de riscos, bem como aperfeiçoar o regime de concessão de autorização às instituições financeiras. Paralelamente, desencadear-se-á um estudo profundo sobre a viabilidade de introdução no mercado local das novas normas respeitantes à adequação de capital recomendado pela Comissão de Basileia. Prestar-se-á atenção à eventual revisão do regime de licenciamento das companhias seguradoras e dos seus sistemas de auditoria, e dar-se-á início à realização de provas para os mediadores de seguros. Entretanto, será efectuado um estudo profundo sobre a viabilidade de introdução no mercado local das seguradoras *offshore* e cativas. Actualizar-se-á o sistema de pagamentos da pataca e elevar-se-á a eficácia do processo de pagamento sincrónico. Além disto, optimizar-se-á a gestão da Reserva Cambial e do Fundo de Reserva da RAEM, de uma maneira circunspecta, garantindo os seus activos e procurando obter mais-valias. Continuar-se-á a coordenar as instituições financeiras no combate ao branqueamento de capitais.

Promover a cooperação económica com o exterior e a cooperação económica inter-regional. A tarefa mais importante será o reforço da cooperação económica com as regiões situadas na zona oeste do Delta do Rio das Pérolas, de modo a desenvolver, de forma gradual, Macau como um centro de serviços vocacionado principalmente para essas regiões. Razão pela qual se vai promover uma negociação para eliminar os obstáculos encontrados no âmbito

da movimentação de pessoas, transporte de mercadorias e fluxo de capitais entre os dois territórios. Desenvolver-se-ão plenamente as vantagens que Macau detém de modo a desempenhar melhor o papel de ponte entre o interior da China, a União Europeia e os países de língua latina. Ao mesmo tempo, ajudar-se-ão as comunidades empresariais locais a encontrarem novos espaços de desenvolvimento fora de Macau. Continuar-se-á a estudar a definição de um acordo interno com o Governo Central, Hong Kong, Zhuhai e Shenzhen, através de negociações, no sentido de evitar a dupla tributação. Além disto, serão desenvolvidos, de forma eficaz, os mecanismos de cooperação criados respectivamente pela Comissão de Ligação Comercial do interior do país e da RAEM e pelo Grupo de Ligação para a Cooperação entre Macau e Guangdong, incentivando-se e apoiando-se as associações particulares e empresas na realização de actividades de intercâmbio e cooperação com o exterior, de natureza económica e comercial.

Rever os sistemas de segurança social e de pensões para os trabalhadores da Administração Pública e melhorar as respectivas políticas. Neste sentido, as tarefas primordiais debruçar-se-ão sobre o melhoramento dos respectivos diplomas legais. Entretanto, no pressuposto da salvaguarda duma boa gestão dos fundos de segurança social e de pensões, procurar-se-á manter os capitais desses fundos e assegurar a sua valorização. Além disto, será aplicado com eficiência o Regulamento do Alargamento do Regime de Segurança Social aos Trabalhadores por Conta Própria, continuando a aperfeiçoar o regime de contribuições dos trabalhadores eventuais.

Continuar a melhorar o Sistema de Informação Estatística. Divulgar-se-ão os resultados pormenorizados dos Censos 2001 após uma análise integrada dos dados recolhidos para o efeito. Será lançada a operação quinquenal denominada Inquérito aos Orçamentos Familiares de Macau com vista a recolher todas as informações actualizadas sobre os rendimentos e despesas dos agregados familiares de Macau. Realizar-se-á o projecto "Inquérito às Empresas" de modo a obter dados sobre as situações de investimento directo e do fluxo de capitais em Macau que vão servir de base para a Autoridade Monetária de Macau na elaboração do Balanço das Receitas e Despesas Internacional. Divulgar-se-á, pela primeira vez, as estimativas trimestrais do Produto Interno Bruto, na óptica da despesa.

Reforçar a fiscalização do mercado e proteger os direitos e interesses dos consumidores. Proceder-se-á, em conformidade com a lei, ao combate às actividades ilegais, tais como, a produção e venda de produtos contrafeitos e os actos de violação dos direitos de autor, pretendendo com isto assegurar a ordem no mercado. Ao mesmo tempo, proteger-se-ão os direitos e interesses dos consumidores, incluindo a protecção dos direitos de consumo dos visitantes em Macau, através de acções a desenvolver pelo Conselho de Consumidores. Proceder-se-á ainda à revisão da Lei da Defesa do Consumidor, emitir-se-ão opiniões acerca da alteração da Lei da Rotulagem dos Produtos Alimentares e efectuar-se-á um estudo sobre a viabilidade da legislação sobre a segurança de produtos.

Área da Segurança

Durante o ano de 2001, temos vindo a envidar todos os esforços para a realização e concretização dos objectivos da política de segurança que nos propusemos, os quais, enquadrados pelo princípio da legalidade, visaram a garantia da segurança e ordem pública da sociedade, concretizada na protecção das liberdades e garantias individuais dos residentes, da sua vida e integridade física, bem como dos respectivos bens, cientes de que a paz e tranquilidade são pressupostos essenciais para a criação de um ambiente ideal para o comércio e manutenção da boa imagem internacional da Região Administrativa Especial de Macau.

Fruto da dedicação de todo o pessoal, quer o das carreiras especiais, quer o das carreiras do regime geral, que integram o contingente de recursos humanos das forças e serviços de segurança, a melhoria dos níveis de segurança de Macau é, felizmente para todos nós, um facto notório reconhecido pela generalidade da opinião pública, interna e externa.

Os resultados de que nos orgulhamos só foram possíveis graças a um significativo investimento multidisciplinar, que abrangeu as áreas da reforma estrutural, da actividade operacional, da formação profissional, da modernização dos equipamentos e da racionalização dos recursos, da motivação e sensibilização do pessoal para a necessidade de constante valorização da sua qualidade profissional, num quadro de responsabilização colectiva pelo resultado duma governação assumida pelas gentes de Macau.

Cabe aqui acentuar o esforço feito nas acções de informação, sensibilização e formação profissional, através da promoção de diversas iniciativas, quer localmente, quer no interior do país, bem como no estrangeiro, cientes que somos da importância da assimilação de experiências externas.

No âmbito operacional, importa referir que mediante a coordenação interdepartamental eficaz, designadamente a coordenação entre a PSP/PJ/ex-PMF, tivemos operações eficazes, com vista à manutenção da segurança pública de Macau e à protecção da vida e dos bens da população.

Estamos cientes que para garantir a estabilidade à população, os nossos trabalhos não se cingem só ao combate às actividades criminosas, temos, ao mesmo tempo, um planeamento correspondente para a prevenção de crimes. Para isso, intensificou-se a actividade de policiamento de proximidade no sentido de ter mais agentes próximos do cidadão, não só como elemento dissuasor da actividade criminosa mas, também, como factor psicológico, consolidando junto do cidadão a ideia de que a polícia está presente para ajudar em caso de necessidade.

Ainda no plano da actividade operacional, outro dos objectivos que traçámos para o ano de 2001 foi o da melhoria das condições e optimização da protecção civil, especialmente na área da prevenção dos incêndios. Nesse sentido, o Corpo de Bombeiros chamou a si uma vigorosa campanha junto dos proprietários e condomínios dos edifícios, das organizações cívicas e outras entidades, fazendo-os participar em exercícios conjuntos de combate e sensibilização contra incêndios, em ordem a prevenir a sua ocorrência e minorar os seus efeitos, garantindo com eficácia a segurança pública.

Ao nível da estrutura do sistema de segurança interna, tomaram-se as iniciativas que conduziram à aprovação da Lei dos Serviços de Polícia Unitários, da Lei dos Serviços de

Alfândega, da Lei que define a Autoridade de Polícia Criminal no âmbito dos SPU, para além de se terem apresentado, e obtido a respectiva aprovação, vários actos normativos destinados a complementar e a regular o funcionamento e organização daqueles novos serviços, bem como introduzimos alterações aos diplomas legais orgânicos do Corpo de Polícia de Segurança Pública e da Polícia Judiciária. Ainda no âmbito da actividade legislativa, foi submetido ao processo legislativo uma proposta de revisão do regime de entrada, permanência e fixação de residência na Região Administrativa Especial de Macau, para além de se ter tomado a iniciativa que levou à alteração da Lei da Droga (Dec-Lei n.º 5/91/M de 28 de Janeiro), introduzindo a proibição de consumo de outras substâncias, incluindo a Ketamina. Estes diplomas constituem a base legal para o funcionamento e prossecução das atribuições dos SPU e dos Serviços de Alfândega e asseguram que as autoridades policiais disponham de legislação suficiente como suporte no combate à criminalidade.

Fomentamos a actividade de intercâmbio e cooperação com o exterior, à qual foi dado um grande impulso, especialmente com as vizinhas, província de Guangdong e Região Administrativo Especial de Hong Kong.

Doravante, e no ano que se avizinha, é nosso propósito prosseguir com renovado entusiasmo, prevalecendo-nos da experiência como mais-valia do nosso desempenho, a optimização das condições de segurança pública interna, motivados por um elevado espírito de missão e serviço público, devotando ao interesse colectivo todo o acervo dos nossos saberes, capacidades e competências.

As linhas de acção governativa da área da segurança para o próximo ano, prosseguem um quadro de estabilidade da ordem e tranquilidade públicas na Região Administrativa Especial de Macau, a qual se sustenta na correlação de sinergias resultantes de adequadas e correctas políticas de gestão e controle dos fluxos migratórios e de aplicação das regras alfandegárias, de reinserção social dos reclusos, de prestação de serviço de socorro e de emergência médica de qualidade, contribuindo para o bem-estar da população, de criação de um ambiente ideal para o comércio e manutenção da boa imagem internacional de Macau.

Estaremos especialmente atentos a todos os sinais de evolução que, directa ou indirectamente, possam interferir com a estabilidade da ordem pública, sejam eles de natureza sócio-económica ou outra, pugnando com firmeza pelo cumprimento da lei. Nesse sentido, reforçaremos a formação por forma a elevar a capacidade de resposta às questões que se forem colocando, por mais incidentais que elas sejam, alcançando, por outro lado, a valorização de recursos. Paralelamente, traçamos como objectivo o reforço da prontidão face a situações de emergência, se necessário através da flexibilidade das estruturas orgânicas, e, bem assim, propomo-nos reforçar a cooperação e o intercâmbio com o exterior.

Estamos em crer que esta caracterização de atitude é a adequada à orientação estratégica para o próximo ano, a qual, visando o melhor e mais duradouro clima de segurança se identifica pelos seguintes princípios programáticos: 1) Incremento das potencialidades intrínsecas de desenvolvimento e adaptação às novas exigências; 2) Permanente aperfeiçoamento das estruturas orgânicas e funcionais dos serviços dependentes; 3) Fortalecimento da interacção com a comunidade e desenvolvimento da actividade de policiamento; 4) Incremento da cooperação internacional e inter-regional; 5) Consolidação da estrutura legislativa.

Começaremos no interior de cada um dos organismos, pesquisando e inventariando as suas potencialidades, a sua vocação para o serviço público, os seus recursos tecnológicos e

humanos, bem como a respectiva capacidade de reestruturação e reforma. Fomentaremos a melhoria das aptidões técnicas e profissionais e, bem assim, a criação de "núcleos de aprendizagem", a fim de, de uma forma permanente, se ter presente a importância e a necessidade de formação, designadamente na área das novas tecnologias. Por último, incentivaremos ao envolvimento de todos os funcionários na melhoria dos serviços, criaremos uma cultura de modernização, visando a probidade do sistema e a seriedade do serviço público e empreenderemos mecanismos de sensibilização para o cumprimento da legalidade estrita, fornecendo um serviço público de alta qualidade.

O sistema de segurança interna está constantemente a ser colocado à prova perante as mudanças induzidas pelo progresso, pelo que há que cuidar do permanente melhoramento da capacidade operacional dos respectivos serviços, manifestando cabalmente o espírito de solidariedade e de cooperação, por forma a que não sejamos surpreendidos pelas dificuldades, mormente os factores de instabilidade face às mudanças da forma de exploração do sector dos jogos e das conjunturas internacionais, mudanças essas que podem influenciar directa ou indirectamente a economia e a sociedade de Macau. Por outro lado, concretizaremos a informatização na área da investigação criminal, a modernização dos arquivos, a optimização da recolha e tratamento da prova e da informação de natureza criminal, em ordem a criar condições para que, dentro de um quadro de respeito pela legalidade, se proporcione aos Tribunais, os intrumentos mais adequados à administração da justiça.

Há, também que dar especial ênfase às tarefas de sensibilização dos cidadãos para a cooperação, como contributo indispensável, mais do que qualquer outro, mesmo de natureza tecno-científica, para o seu próprio bem estar, em última análise, o desiderato de todo o nosso trabalho. Iremos reforçar a organização e promoção de um mecanismo de prevenção e de controlo, através da agilização dos mecanismos de recepção e tratamento da informação proveniente da população cooperante, garantindo a resposta eficaz e pronta, de todas as subunidades envolvidas, às situações de alarme e demais ocorrências.

Por outro lado, para reforçar a afirmação internacional da Região Administrativa Especial de Macau, estaremos atentos ao desenvolvimento dos vários esquemas de cooperação internacional, procurando criar canais eficazes de cooperação com vista à colaboração nas acções preventivas e de combate ao crime organizado internacional, sobretudo no que diz respeito ao tráfico de droga, branqueamento de capitais, contrabando e pirataria.

O sistema de segurança interna da Região Administrativa Especial de Macau, designadamente, após a criação dos Serviços de Polícia Unitários e dos Serviços de Alfândega, resulta significativamente alterado, quer ao nível do próprio dispositivo de forças e serviços que o integram, quer ao nível da estrutura orgânica de alguns destes, para além de se constatarem, também, alterações importantes na missão de alguns deles. Serão, assim introduzidas as alterações necessárias que adequem a estrutura legislativa ao nosso conceito orgânico que pretendemos para o sistema de segurança interna.

As nossas linhas de acção governativa para o ano 2002 tomam já em atenção a evolução que se vem registando no sistema de segurança interna pública de Macau, o que lhe concede transparência e actualidade, por forma a que permanentemente estejamos em condições de proporcionar aos cidadãos que usufruam com segurança e de uma vida social e económica aferida por padrões de elevada qualidade.

Área dos Assuntos Sociais e Cultura

Área dos Assuntos Sociais e Cultura

No ano de 2001, na área do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, empenharam-se esforços no sentido de promover o desenvolvimento da tecnologia e da educação, elevar o nível social e melhorar a qualidade de vida da população, tendo por conseguinte obtido resultados positivos na área da Saúde, Educação, Serviços Sociais, Turismo, Cultura e Desporto.

Concluiu-se o relatório intitulado Novo Macau e Novo Milénio: Estudos e Avaliação do Sistema de Saúde de Macau, que servirá de instrumento de base para a reforma, aperfeiçoamento e desenvolvimento do sistema de saúde do território. Para optimizar as instalações de apoio aos serviços de saúde, com vista a facilitar o acesso da População que a eles recorram, melhoraram-se as instalações do Centro Hospitalar Conde de São Januário e planeou-se a construção da Unidade de Internamento do Serviço Psiquiátrico da Taipa, do Centro de Telemedicina, do Novo Centro de Saúde da Areia Preta e do Centro de Prevenção e Controle de Doenças. Por outro lado, registaram-se progressos significativos na área da reorganização do sistema de saúde, do tratamento de conflitos na área da Saúde e da inspecção e controle de medicamentos.

Consolidou-se o nível do ensino superior e da investigação científica. Aumentou-se a percentagem dos professores com o grau de doutor de entre o pessoal docente das instituições de ensino superior. Estabeleceram-se, através dos mais variados meios, elos de cooperação internacional na área da investigação científica, contribuindo para que o nível das instituições de ensino superior se aproxime cada vez mais do patamar internacional. Com o significativo aumento da verba destinada ao desenvolvimento da investigação científica, atribuída no ano de 2001 às diversas instituições de ensino superior públicas, iniciou-se o desenvolvimento de cerca de cem projectos de investigação. Foram revistos e feitos estudos sobre a revisão dos Estatutos de todas as instituições públicas do ensino superior. Reorganizaram-se os cursos existentes e criaram-se novos cursos. Regulamentou-se o regime de avaliação. Desenvolveram-se acções em vários domínios para elevar a qualidade de ensino. Promoveu-se activamente a concretização do "E-Campus". Apetrechou-se a Biblioteca com mais livros e instalações de informática. Para alargar os benefícios a conceder aos alunos locais, reduziram-se as propinas. Alargaram-se os locais de recrutamento de estudantes para 14 províncias e cidades. Registou-se o maior número, em toda a história, de estudantes vindos do Interior para prosseguir os seus estudos.

Melhoraram-se as instalações e o equipamento dos ensinos primário e secundário. Criou-se e pôs-se em prática um sistema de organização de turmas com um menor número de alunos e foram ministrados cursos de formação no sentido de melhorar a qualificação do corpo docente, usando no ensino a tecnologia informática, com o apoio financeiro do Governo. Ao mesmo tempo, alargou-se o âmbito do sistema de educação ao longo da vida, favorecendo mais cidadãos.

No domínio da Acção Social, procedeu-se à elaboração e revisão dos diplomas reguladores de vários serviços e regulamentou-se o funcionamento dos lares de idosos e dos centros de

dia para idosos. Planeou-se a construção de um lar de idosos no Bairro da Areia Preta. Houve um empenho activo na promoção da educação familiar. Reforçaram-se os serviços de prestação de apoio nos lares e o serviço extensivo ao exterior aos menores. Redefiniu-se o modelo do sistema de serviço de desintoxicação e reabilitação de toxicodependentes. As obras de construção do Centro de Desintoxicação Fisiológica serão concluídas dentro em breve. Procedeu-se a estudos e à planificação sobre o desenvolvimento de diversos serviços sociais a médio e a longo prazo.

Comparativamente com o mesmo período do ano anterior, até ao mês de Setembro do corrente ano, o número total de visitantes aumentou 12,5%, registando-se portanto um crescimento contínuo. Nas acções de promoção turística, privilegiaram-se a promoção e o desenvolvimento dos produtos turísticos, a formação de pessoal qualificado para a área do turismo e hotelaria e a protecção dos direitos dos visitantes. Foi promovida a campanha "Melhor Recepção, Boa Estada" e outras campanhas de sensibilização, transmitindo à população conhecimentos ligados ao sector do turismo, encorajando todos os cidadãos a serem "Embaixadores do Turismo", o que contribuirá para a divulgação da imagem de Macau em todo o mundo. Continuou-se a organizar e a apoiar a organização de diversos eventos locais e internacionais. Abriu-se a zona de exposição turística no Aeroporto Internacional e no Terminal do Porto Exterior. Planeou-se a promoção de passeios de qualidade a fornecer aos visitantes.

No domínio da Cultura, as acções foram executadas sob o princípio "Inovação e Criação Constantes". Promoveu-se o acompanhamento da "Candidatura de Macau à Lista do Património Mundial da UNESCO" e realizaram-se acções em Macau de divulgação do património cultural. Desenvolveram-se acções de generalização e de promoção das artes, com o alargamento da dimensão e qualidade do Festival Internacional de Música de Macau e o Festival de Artes de Macau. Melhoraram-se as bibliotecas, os arquivos e os museus, nos aspectos da recolha e organização de dados e da prestação de serviços. Relativamente ao intercâmbio e à cooperação culturais com o Interior da China, foram obtidos grandes êxitos.

Iniciaram-se os trabalhos preparatórios para a organização dos Jogos da Ásia Oriental do ano de 2005. Concluíram-se os estudos e o planeamento sobre o melhoramento, expansão e construção das infra-estruturas desportivas. Iniciou-se a organização do programa das competições e a formação do pessoal. Concluíram-se as obras de melhoramento de algumas das instalações e campos desportivos. Iniciaram-se as acções de divulgação no exterior. Planearam-se actividades diversas adequadas à participação da população em geral. Promoveu-se a Avaliação da Condição Física da População. Houve empenho activo na concessão de apoio técnico, logístico e financeiro às organizações desportivas. Incentivou-se a elevação do nível das competições. Isto tudo contribuiu para erigir uma boa base sólida para a organização de grandes eventos desportivos.

Para o ano de 2002, continuaremos a prestar serviços a toda a população de Macau, tendo como lema das Linhas de Acção Governativa "Favorecer o Povo com o Espírito de Servidor".

No domínio da Saúde, empenhar-nos-emos no acompanhamento das questões referidas no relatório referente aos Estudos e Avaliação sobre o Sistema de Saúde de Macau e na concretização da reforma do sistema de saúde. Reorganizar-se-ão as infra-estruturas dos Serviços de Saúde. Planear-se-á a construção do Complexo Administrativo e do Complexo para os Cuidados de Saúde Generalizados, bem como a criação do Centro de Prevenção e Controle da Doença, para que os serviços administrativos e os serviços de saúde reúnam melhores condições de funcionamento. Simplificar-se-ão os procedimentos da prestação de serviços aos utentes, e promover-se-ão a aplicação do sistema informático e a modernização dos serviços de saúde e do funcionamento administrativo. Além disso, reforçar-se-ão a formação profissional, designadamente no âmbito da formação especializada e da pós-graduação, e o intercâmbio académico, através da cooperação com os outros países e regiões e do recrutamento ao exterior de médicos especializados. Intensificar-se-ão as acções de gestão e inspecção dos medicamentos, através da revisão e aperfeiçoamento das normas vigentes e assegurar-se-á que o serviço a receber pela população de Macau seja um "tratamento eficaz em que se privilegia a prevenção" de alta qualidade.

No âmbito do desenvolvimento do ensino superior, aplicar-se-ão os padrões internacionais de ensino, acelerar-se-á o processo da expansão de faculdades e envidar-se-ão esforços para que os diversos cursos de formação especializada venham a ser reconhecidos internacionalmente. Relativamente à organização e à reforma dos cursos, será prestada mais atenção à promoção da educação generalizada, reforçada a educação de adultos e a educação electrónica. Encorajar-se-á a organização conjunta de cursos de formação profissional entre as instituições de ensino superior e as instituições públicas e as diversas entidades empresariais, bem como de cursos técnicos-profissionais. Prosseguir-se-ão a constituição e melhoramento de um corpo docente de alta qualidade, o apoio à realização de acções de formação contínua e de reciclagem para os investigadores, o financiamento dos estudos e investigação científica, e a atribuição de incentivos pela inovação científica, bem como o desenvolvimento e a aplicação científica. Intensificar-se-ão os serviços sociais a prestar pelas instituições de ensino superior, facultar-se-ão transferência de tecnologia, serviços de consultadoria e outros serviços à sociedade. Além disso, proceder-se-á ao estudo de revisão do estatuto orgânico, do estatuto do pessoal e do estatuto do pessoal docente das instituições do ensino superior, por forma a elevar a sua autonomia e flexibilidade, bem como o grau de transparência do seu funcionamento e a eficiência da gestão e do ensino-aprendizagem. No que respeita aos trabalhos de recrutamento de estudantes, adoptar-se-ão medidas para criar mais vagas e alargar o âmbito dos serviços de apoio à continuação dos estudos, a fim de satisfazer as necessidades dos alunos locais e estrangeiros.

Na área do ensino não-superior, com o objectivo, traçado no novo ano, de "formar quadros qualificados e desenvolver todas as suas potencialidades", incentivar-se-ão os jovens estudantes a desenvolver as suas capacidades, tornando-os mais participativos nos assuntos sociais, capazes de pensar com autonomia e com criatividade. Efectuar-se-á uma avaliação global sobre o actual sistema de educação do território, ajustando a responsabilidade e a divisão de trabalho entre o Governo, as instituições e os encarregados de educação. Em paralelo, explorar-se-ão novos regimes e modelos de educação, incentivando os professores

a inovarem a didáctica, reformando a organização dos cursos, actualizando os critérios de avaliação de estudantes, promovendo a organização das actividades de ensino, de aulas ao ar livre e a educação pela informática. Por outro lado, na área da educação obrigatória, continuar-se-á a desenvolver a rede de escolas subsidiadas pelo Governo, apoiando o alargamento e a construção de complexos escolares, aumentando o número de vagas das escolas secundárias, empreendendo esforços para diminuir o número de estudantes com interrupção dos estudos, relativamente aos jovens em idade escolar. No que diz respeito à educação permanente dos cidadãos, será desenvolvida a cooperação com todos os sectores da sociedade, fornecendo oportunidades de estudo na área da formação profissional, desenvolvimento de capacidades, elevação da qualificação e da auto-actualização e salientado o ainda mais importante papel do ensino da informática e das tecnologias na educação.

No domínio da Acção Social, com a finalidade de responder ao projecto "Combate à Pobreza em 10 anos", da ONU, elaborar-se-á um projecto com uma estratégia específica para erradicação gradual da pobreza. Em primeiro lugar, levantar-se-á a situação da procura dos serviços de apoio às famílias e reformular-se-á a rede local de serviço familiar, por forma a intensificar os apoios às famílias e aos novos emigrantes e respectivas famílias com dificuldades económicas. Para a construção duma sociedade onde impera "o respeito pelos idosos, o cuidado aos mais novos, a construção dum ambiente feliz", intensificar-se-ão os serviços extensivos ao exterior e os mais diversos serviços profissionalizados, de acordo com as necessidades das crianças e dos jovens, bem como os serviços de assistência aos idosos isolados e os apoios para elevar a capacidade do serviço domiciliário, implementar-se-á o plano de reabilitação profissional dos deficientes e melhorar-se-ão os recursos humanos e as condições de funcionamento dos lares de reabilitação. No domínio da prevenção da toxicodependência e do serviço de desintoxicação, criar-se-ão gradualmente mecanismos permanentes de prevenção e combate ao uso abusivo de drogas, bem como um são sistema de desintoxicação e reabilitação.

Com o crescimento do turismo a nível mundial, há que acompanhar a evolução do turismo na zona Ásia-Pacífico e adoptar atempadamente medidas para daí retirar proveitos. Por isso, promover-se-ão mais produtos turísticos novos, concebendo programas temáticos de turismo relativos à informação, recreação, religião, gastronomia, conferência e grandes eventos. Relativamente à promoção do Turismo, será adoptado um conjunto de estratégias adequadas às diferentes realidades. No que se refere às estratégias promocionais, além de expandir os mercados prioritários para Macau, explorar-se-ão os mercados que apresentem maiores potencialidades. Para aumentar a qualidade dos serviços do sector de turismo de Macau, procurar-se-ão intensificar as relações de colaboração multilaterais com as organizações internacionais, regiões vizinhas e com os agentes do sector, e reforçar-se-á a colaboração com as instituições públicas, incentivando e orientando o sector de turismo, as escolas e as associações e organismos sociais para participarem activamente na exploração dos programas turísticos, por forma a incutir na população de Macau a consciência da importância do turismo para Macau, aderindo-se à promoção do desenvolvimento do turismo, para que se realize plenamente o princípio "Melhor Recepção, Boa Estada". No que se refere à formação de pessoal para a indústria turística, promover-se-ão vários cursos de Gestão Moderna e proceder-

-se-á ao estudo sobre "Padrões de Reconhecimento de Aptidões Técnico-Profissionais de Macau".

"A fusão Oriente/Ocidente deu origem a Macau" é a característica particular da Cultura de Macau. Para acompanhar os trabalhos de "Candidatura de Macau à Lista do Património Mundial da UNESCO", reforçar-se-ão os estudos, bem como a manutenção e reparação do património cultural arquitectónico, e os trabalhos de aperfeiçoamento dos diplomas respeitantes à protecção do património cultural, de reordenamento dos espaços limítrofes ao património arquitectónico e de sensibilização para a importância da protecção do património cultural. Através da protecção e exploração dos recursos culturais, fomentar-se-á o desenvolvimento sincrónico da cultura e do turismo. Prosseguir-se-á a organização, como de costume, do Festival de Artes de Macau e do Festival Internacional de Música, com vista ao enriquecimento da vida cultural dos cidadãos. No que diz respeito à generalização da educação pela arte, reforçar-se-á a educação junto de todos os estudantes do território, incentivando o seu interesse pelas artes e elevando a sua qualificação estética e cultural. Através do apoio a conceder às associações e organismos para a realização de diversas actividades culturais e recreativas, desenvolver-se-ão as potencialidades e a criatividade de todos os sectores da sociedade, por forma a enriquecer as actividades culturais oferecidas. Prosseguir-se-á a concessão de apoios aos estudos histórico-culturais sobre Macau, e procurar-se-á, através da organização de actividades e exposições artístico-culturais, enriquecer o conhecimento da população local sobre os povos étnicos nacionais, divulgando desta forma os expoentes máximos da cultura tradicional chinesa.

No domínio do Desporto, é com o objectivo "Para Além das Fronteiras, Virado para o Mundo", que se procurará desenvolver as actividades do Desporto para Todos, Desporto de Competição, Gestão de Desporto e Campeonatos Internacionais. Para organizar a realização dos Jogos da Ásia Oriental do ano de 2005, criar-se-á uma Comissão Organizadora, para executar os trabalhos relacionados com o aperfeiçoamento das infra-estruturas desportivas, a organização das provas desportivas, a formação de quadros qualificados, a promoção e divulgação, e a selecção de parceiros, quer investidores, quer patrocinadores. Prosseguir-se-á, no âmbito do Desporto para Todos, a realização de actividades desportivas, diversificadas e adaptadas aos diversos escalões etários dos praticantes, por forma a conferir ao desporto uma função social. Para concretizar a política de desporto de alta competição, definir-se-ão os objectivos concretos, as respectivas técnicas, as formas de apoio financeiro e logístico, e as formas de selecção e de treino dos atletas que venham a participar nas altas competições desportivas. Prosseguir-se-ão a organização e a participação nos grandes eventos desportivos a nível internacional, bem como o apoio a conceder às associações desportivas para elevar a sua capacidade de organização e participação nos grandes eventos desportivos a nível internacional, de gestão desportiva e de formação de atletas.

Área de Transportes e Obras Públicas

Área de Transportes e Obras Públicas

As acções nos diferentes domínios dos Transportes e Obras Públicas para o ano 2001 estão a desenrolar-se basicamente de acordo com a calendarização definida.

Foram promovidos sucessivamente vários projectos de grande envergadura no corrente ano, dos quais alguns já estão em fase de acabamento. Entretanto serão concluídas, em finais do corrente ano, as obras de construção das principais vias do COTAI, dando-se prioridade à construção de duas vias destinadas a beneficiar o desenvolvimento daquela zona. Em Novembro, terão início as obras de construção do edifício principal do novo Posto Fronteiriço das Portas do Cerco, na sequência da abertura do concurso público. Além disso, foi concluído o relatório sobre o estudo de viabilidade da construção de uma 3.ª ligação entre Macau e a Taipa, estando o concurso público para o projecto de concepção previsto para o 4.º trimestre do corrente ano.

Para uma rápida resposta às necessidades, o Governo promoveu antecipadamente vários projectos de obras públicas em diferentes áreas, enquanto que o planeamento e a execução das diversas obras públicas delineadas nas Linhas de Acção estão a decorrer a bom ritmo, de entre os quais se salienta a construção do viaduto do Reservatório de Cacilhas, a construção de um túnel para peões junto à Avenida da Amizade e o reordenamento da rede viária da Areia Preta e Iao Hon, prevendo-se a sua conclusão para finais do corrente ano.

Sem contar com as obras do Novo Posto Fronteiriço das Portas do Cerco e do "Macau Fisherman's Wharf", com o desenvolvimento dos diversos empreendimentos de obras públicas aliados aos projectos de investimento de capitais privados, foram criados, até Agosto do corrente ano, mais de 5,100 postos de trabalho, revitalizando-se o sector da construção civil e dinamizando-se o mercado e a economia de Macau.

No âmbito da reformulação da zona da Barra, do Porto Interior e da Freguesia S. Lázaro, entre outros, cujos estudos estão a desenvolver-se favoravelmente, concluíram-se os projectos de peças desenhadas conforme o planeado. Dos referidos, alguns já reúnem condições para a realização de trabalhos preparatórios no decorrer do ano corrente.

Tem-se verificado um incessante aumento nas actividades de transporte de carga e de passageiros do Aeroporto Internacional de Macau, tendo o Governo da RAEM chegado a um entendimento com a Administração Geral da Aviação Civil da República Popular da China sobre diversos aspectos, nos quais se incluem o aumento de destinos e rotas e a permissão de voos de avião de carga para o interior do país. Essas são as medidas construtivas concebidas para impulsionar o desenvolvimento da actividade aeronáutica de Macau.

No campo da liberalização do sector das telecomunicações móveis, os trabalhos estão a desenrolar-se de acordo com a calendarização definida: foi conseguida, em Agosto, a interligação/acesso entre os operadores e aprovada na especialidade pela Assembleia Legislativa, em princípios de Agosto, a Lei de Bases das Telecomunicações . Entretanto, é

prioritária a elaboração dos regulamentos administrativos que regulem os serviços de telecomunicações móveis terrestres.

Quanto ao melhoramento da rede viária, o Governo dará continuidade ao aperfeiçoamento do seu enquadramento físico e planeamento. Foi prorrogado o regime de bonificação de juros a 4% até 30 de Junho de 2002. O processamento dos pedidos de habitações económicas e sociais tem sido efectuado de acordo com a previsão e até meados de Agosto foram atribuídos 792 fogos a famílias em lista de espera para aquisição de habitação económica e 798 fogos a famílias em lista de espera para habitação social.

Prosseguem, de acordo com os respectivos planos anuais, as acções nas áreas de actividades marítimas, protecção ambiental, meteorologia, cartografia e cadastro, correios e outras.

A Administração acompanhará as actividades das concessionárias de electricidade e água, concretizando as políticas traçadas para o domínio dos produtos combustíveis.

Com o objectivo de impulsionar o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, foi criado o Conselho de Ciência e Tecnologia e a Administração, em conjunto com as empresas e instituições privadas, mediante prestação de capital, criou o Centro Incubador de Novas Tecnologias, que se encontra instalado em fracções de um edifício destinado à actividade comercial, mediante a sua reversão, por virtude do pagamento dos prémios em atraso.

Tendo como objectivo a revitalização da economia e o desenvolvimento de Macau, as políticas de transportes e obras públicas do Governo da RAEM para 2002 estarão vocacionadas para o acompanhamento dos programas já em curso, acelerando a promoção dos projectos de infra-estruturas de investimento público e aproveitando a oportunidade para, por um lado, aumentar a taxa de emprego, incentivar a procura interna e dinamizar o desenvolvimento económico e, por outro, promover o constante aperfeiçoamento do enquadramento físico do meio urbano de Macau. Deste modo intensificar-se-á a competitividade no exterior e melhorar-se-á a qualidade de vida da população.

No âmbito das infra-estruturas, encontram-se em fase de execução acelerada ou preparação os diferentes empreendimentos, que englobam a obra de construção do edifício principal do Novo Posto Fronteiriço das Portas do Cerco e das infra-estruturas viárias do COTAI, da primeira fase de aterro do Centro Logístico, dos Pavilhões Desportivos multi-funções, da Carreira de Tiro, da nova Zona de Aterro Sanitário e da Unidade Industrial de Alta Tecnologia, entre outros. Além disso, o projecto de concepção da terceira Ponte Macau-Taipa será objecto de concurso público.

Em consonância com as necessidades de desenvolvimento e melhoramento das facilidades dos serviços públicos, será realizado, no próximo ano, um conjunto de obras relativamente aos edifícios públicos: construção do Posto Operacional de Bombeiros na zona do Lago Nam Van, conclusão das peças desenhadas para a construção do Edifício dos Serviços de Polícia Unitários e do novo Estabelecimento Prisional, obras de beneficiação das instalações provisórias do Tribunal Judicial de Base e da nova sede do Instituto Cultural, início da

concepção do novo edifício do Ministério Público, conclusão das novas instalações das Oficinas Navais e da Capitania dos Portos e a remodelação do edifício principal da Capitania dos Portos.

A construção da Piscina Olímpica da Taipa será concluída em meados do ano e proceder-se-á à remodelação do Estádio de Macau. Por outro lado, a Administração dará início ao projecto de concepção das obras de ampliação do Pavilhão Polidesportivo sobre o terreno do Instituto Politécnico de Macau juntamente com a obra do Pavilhão Polidesportivo no terreno da Escola Sir Robert Ho Tung para a realização dos Jogos da Ásia Oriental, em 2005.

Outras obras relativas a instalações culturais, recreativas e desportivas vão sendo realizadas no próximo ano, destacando-se a conclusão da praça junto do Centro Cultural, o início da construção do Museu dos Tesouros Auspiciosos, bem como a praça próxima da Torre de Macau e o Centro de Actividades da Taipa. Na vertente das instalações de saúde pública, para além da continuação das obras do Hospital Psiquiátrico da Taipa, está planeada a construção de um Centro de Saúde e de um Asilo de Idosos na zona do Hipódromo da Península de Macau e os respectivos trabalhos de concepção também terão início nesta altura. Será levada a cabo, ao mesmo tempo, a obra de remodelação da nova Unidade Técnica de Luta Contra a Tuberculose. Está prevista para o primeiro trimestre do próximo ano a conclusão das obras de ampliação do tanque de retenção da ETAR da Areia Preta.

No domínio da qualificação urbana das diferentes zonas e na sequência de planeamento e concepção levados a cabo pela Administração, serão realizadas, no próximo ano, as obras de aterro da primeira fase do trajecto da Barra da via envolvente do Lago, as obras de ampliação da Rua da Barra, a construção de uma praça com características típicas entre a marginal do Porto Interior e a Praça de Ponte e Horta, o arranjo paisagístico dos arruamentos da Rua das Estalagens, da Rua 5 de Outubro, do Largo do Pagode do Bazar e da Rua de S. Domingos com o melhoramento da sua iluminação, a construção de zonas pedonais internas e um acesso pedonal em direcção à Fortaleza na Freguesia S. Lázaro, a realização dos trabalhos de concepção da Praça do Tap Siac e os respectivos túneis subterrâneos com o restauro das construções ali existentes de estilo do sul da Europa. Entretanto, construir-se-á uma via pedonal ao longo da costa de Hac Sá Long Chao Kok, para melhor aproveitar e mostrar a paisagem litoral de Macau. A par disso, será realizado o estudo sobre o planeamento da Zona Norte a fim de melhorar as instalações públicas, elevando progressivamente a qualidade de vida dos residentes daquela zona.

Com o objectivo de consolidar o papel de Macau como cidade de turismo, o Governo lançará em 2002 as obras de arranjo urbanístico, criando cerca de 100 postos de trabalho provisório. Por outro lado, será reforçado ainda o mecanismo expedito para o licenciamento de obras de beneficiação de pequena escala, criando mais oportunidades de emprego e revitalizando o mercado.

Em consonância com a liberalização do sector dos Jogos de Fortuna e Azar, vai ser acelerado o processo de apreciação dos projectos de investimento de iniciativa particular destinados a empreendimentos temáticos de turismo e de diversões. A originalidade dos

projectos será um dos factores mais importantes na apreciação das candidaturas, de modo a evitar a duplicação de instalações turísticas com as outras regiões e o desperdício de recursos causado por concorrência desleal. As medidas a tomar pela Administração terão em vista a diversificação das instalações turísticas e uma mais longa permanência dos turistas em Macau.

Em matéria de aviação civil, dar-se-á continuidade ao princípio de abertura de mais espaços aéreos, tomando a Administração um conjunto de medidas que visa aperfeiçoar as instalações e as redes do respectivo sector, fomentar uma maior utilização do AIM e promover o transporte aéreo de carga e de passageiros, através da criação de um Centro Logístico e da construção de um terminal marítimo de carga e de passageiros junto da AIM, – um projecto de investidores privados.

Aperfeiçoar-se-ão, no próximo ano, os regimes jurídicos da área de telecomunicações e tecnologias da informação na sequência da liberalização do mercado, promovendo uma concorrência leal que garanta os interesses dos utentes. Relativamente à ciência e tecnologia, desenvolver-se-ão projectos inovadores através da criação do Conselho de Ciência e Tecnologia, do Fundo para a Inovação e Desenvolvimento das Ciências e Tecnologia bem como do Centro Incubador das Novas Tecnologias.

Em matéria de trânsito, para além do constante aperfeiçoamento dos principais arruamentos da rede viária, far-se-ão estudos sobre a liberalização gradual da exploração dos silos existentes, após a resolução do problema do exclusivo de exploração dos auto-silos e a introdução sucessiva de parquímetros electrónicos no intuito de reformar a gestão do parqueamento. Entretanto é criado o Grupo de Acompanhamento das Questões do Tráfego para dar resposta rápida e eficaz às necessidades sociais.

A Administração adoptará uma postura realista na gestão dos terrenos bem como das habitações públicas, dando prioridade à concessão de terrenos cujos projectos estejam vocacionados para construção de instalações que favoreçam o desenvolvimento dos sectores dos serviços, do turismo e da ciência e tecnologia, apreciando, com ponderação, as candidaturas de concessões afectas a fins habitacionais e comerciais. Entretanto a curto prazo, não haverá luz verde para novas concessões de terras destinadas à construção de habitações públicas. Por outro lado, as habitações serão disponibilizadas aos agregados familiares segundo a ordem da lista de espera para aquisição de habitações económicas e sociais.

Para uma melhor articulação entre as necessidades do desenvolvimento sócio-económico e as formalidades administrativas para o licenciamento das construções urbanas e respectivas regulamentações, serão elaborados ou aperfeiçoados vários regulamentos técnicos das áreas de construção civil, de mecânica e de electricidade.

No âmbito da protecção ambiental, continuar-se-ão a aperfeiçoar os projectos sobre as infra-estruturas de protecção do ambiente, intensificar-se-ão a cooperação regional e as acções de sensibilização bem como realizar-se-ão análises e estudos sobre a poluição causada por veículos automóveis e motociclos. O Governo empenhará ainda os seus esforços na criação de condições para promover Macau como plataforma e ponte de ligação das indústrias verdes, dentro e fora do País.

Além disso, nas áreas marítima , da meteorologia, da cartografia e cadastro e dos correios, entre outros, serão desenvolvidos esforços nas acções actualmente em curso, processando-as de acordo com a calendarização prevista.

Por outro lado, o Governo acompanhará as actividades das concessionárias de electricidade e água, envidando esforços para exortá-los a tomar medidas eficientes a fim de baixar os custos de exploração, criando condições para o reajustamento tarifário, com o fim de reduzir o encargo dos cidadãos e os custos de operação do sector industrial e comercial. Entretanto, serão lançadas medidas que promovam uma concorrência saudável no mercado dos produtos combustíveis.

Comissariado contra a Corrupção

Com o alargamento de competências e com o aumento dos recursos, quer humanos quer financeiros, foi possível ao Comissariado contra a Corrupção (CCAC) desenvolver e realizar um trabalho mais eficaz em diversas áreas. Além de passar a dispor, no início do ano, de um conjunto de novas instalações e equipamentos indispensáveis ao seu trabalho, foi instalado um sistema informático moderno relativamente configurado, que permite a concretização gradual da sistematização e modernização do funcionamento do CCAC na sua globalidade.

Até ao final do mês de Setembro, o número de processos instruídos foi de 111. O total, tendo em conta os 216 processos transitados do ano passado, foi de 327 processos, 142 dos quais foram entretanto concluídos. De entre os 111 novos processos instruídos, 93 são de matéria criminal, como por exemplo, casos de corrupção e de burla cometidos de forma organizada e sistemática; o número dos processos encaminhados para o Ministério Público foi de 31, representando 20% do total dos processos findos. O CCAC considera relevante não só o número de processos encaminhados, mas também a sua qualidade, representada pela alta percentagem de processos com acusação em tribunal; 5 casos foram julgados e a maioria dos arguidos foi condenada. No que respeita à área de provedoria de justiça, o número de processos findos foi de 61, 41 dos quais viram resolvidos os problemas materiais reportados na queixa (relativamente a 21 destes processos, foram emitidas recomendações ou sugestões), sendo os restantes encaminhados para as entidades competentes ou tratados por intervenção informal.

Ainda no âmbito de provedoria de justiça o CCAC, tendo em conta as queixas mais frequentes, procedeu à realização de estudos, por iniciativa própria, com a finalidade de integrar as lacunas e corrigir as situações injustas encontradas nos regimes legais vigentes, com o objectivo de contribuir para uma Administração Pública mais eficaz. Por outro lado, o CCAC, em colaboração com diversos serviços públicos, destacou pessoal para integrar grupos de trabalho mistos, com vista a realizar uma pesquisa *in loco* do funcionamento do serviço colaborador e proceder à análise e estudos sistemáticos, de modo a encontrar uma solução ou sugestões de aperfeiçoamento viáveis na prática, promovendo a observância do princípio da legalidade nas actividades administrativas e o aumento da transparência destas, para que os direitos e interesses legítimos dos cidadãos sejam respeitados e protegidos. Esta acção, que ainda está em curso, contribui também, a outro nível, para a prevenção da corrupção.

Quanto à recepção de vantagens patrimoniais e não patrimoniais pelos funcionários e agentes públicos, o CCAC elaborou um projecto de regulamento administrativo, que já foi submetido à apreciação do Chefe do Executivo, definindo critérios normativos de maior clareza, para os funcionários e agentes públicos de todos os níveis seguirem.

Com o objectivo de criar uma equipa de trabalhadores da Administração Pública incorruptos e cumpridores da lei, o CCAC elaborou um programa de sensibilização sistemático, em função dos níveis dos trabalhadores da Administração Pública seus destinatários, visando desde o pessoal de direcção e chefia aos trabalhadores dos níveis de base. Assim, em

colaboração com os serviços da Administração, tem sido transmitida aos formandos do "Programa de Formação Essencial", para os trabalhadores da Função Pública, a consciência de combate à corrupção. Desde o início do Programa, em Julho do corrente ano, 1320 trabalhadores do grupo de pessoal operários e auxiliar, receberam formação. Para além disso, têm sido realizados seminários contra a corrupção destinados aos trabalhadores da Administração Pública. Até ao mês de Setembro, foram levados a cabo 32 seminários e o número de participantes foi superior a 1500, pretendendo-se, através do diálogo directo com os mesmos, transmitir a mensagem de que estes têm que ser cumpridores da lei. Foram também realizados 25 seminários destinados às associações privadas e instituições de crédito, para ouvir e recolher as opiniões e sugestões dos participantes. Estes seminários contaram com a participação de cerca de 2000 pessoas.

O CCAC tem dado especial atenção ao trabalho de sensibilização junto dos jovens, adolescentes e estudantes. Até Setembro, cerca de 5400 estudantes do ensino superior, secundário e primário participaram em seminários contra a corrupção. Recentemente, foi iniciada a produção de materiais pedagógicos de anti-corrupção para serem introduzidos nos currículos do ensino primário. O objectivo deste trabalho é permitir aos estudantes de Macau conhecer, desde a infância, os efeitos nefastos da corrupção e a importância de uma sociedade isenta de corrupção.

A par da criação de uma coluna nos jornais e de programas periódicos nos jornais, na rádio e na televisão, durante o ano passado, foram distribuídos cartazes, folhetos e lembranças variadas, a fim de divulgar as informações sobre anti-corrupção junto de toda a sociedade.

No âmbito de intercâmbio e colaboração com o exterior, uma delegação do CCAC participou, em Maio, no "2.º Forum Global contra a Corrupção e de Manutenção da Integridade" realizado na Holanda. No mesmo mês, uma outra delegação, chefiada pelo Comissário contra a Corrupção, deslocou-se a Pequim, visitou o Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau e estabeleceu com a Suprema Procuradoria Popular um mecanismo de comunicação. Ainda nesse mês, o Comissário fez uma outra visita ao Comissariado Independente contra a Corrupção (ICAC) de Hong Kong e trocou opiniões e experiências com o Comissário desta instituição, Alan Lai. Em Junho, a Adjunta do Comissário, Drª Tou Wai Fong, liderou uma delegação do CCAC à "6ª Assembleia Geral da Associação do Ombudsman Asiático" realizada em Tóquio, capital do Japão.

Tendo em consideração as primeiras eleições legislativas da RAEM, o CCAC criou uma Equipa de Estudos contra a Corrupção Eleitoral e estabeleceu a estratégia de intervenção: "A prevenção é essencial, o combate é feito com todos os esforços". Esta Equipa planeou e executou, com rigor e cautela, um conjunto de actividades adaptado à realidade de Macau. Ainda neste âmbito, o CCAC elaborou orientações destinadas aos candidatos e aos eleitores, com o fim de lhes proporcionar uma explicação simples e clara sobre as respectivas normas legais. Durante o período pré-eleitoral, o CCAC deu particular atenção ao trabalho de investigação e conseguiu descobrir vários casos suspeitos de corrupção eleitoral, o que permitiu produzir um efeito preventivo e repressivo. Simultaneamente, por diversos meios, foi feita uma campanha de divulgação sob o tema eleições incorruptas, tendo sido recrutado

e organizado um grupo de voluntários para colaborar na difusão dessa consciência junto da população, para que todos procurassem cumprir a lei e defender a ideia de eleições incorruptas.

Fazendo um balanço da experiência e dos resultados dos dois últimos anos, o Comissariado contra a Corrupção (CCAC), ao abrigo das estratégias utilizadas nas vertentes de combate à corrupção, prevenção, legislação, sensibilização e educação, tem desempenhado as suas funções com resultados relativamente satisfatórios. Assim, e tendo por objectivo a sua articulação com a acção governativa da Região Administrativa Especial de Macau, as aludidas vertentes continuarão a ser a política geral de desenvolvimento das acções do próximo ano. Este Comissariado envidará todos os esforços para o cabal desempenho das suas funções de combate à corrupção e de provedoria de justiça, procurando assim construir uma sociedade pautada pelos princípios da honestidade e da incorruptibilidade.

Ao longo destes dois anos após a transferência de soberania, apesar de se ter verificado uma diminuição nas situações de corrupção e fraude, face à adopção de uma política severa, os trabalhos desenvolvidos nem sempre conduziram aos resultados desejados, sobretudo nas áreas onde, ou existem ainda lacunas no sistema vigente, ou existem meios de prática da corrupção ainda desconhecidos. Em consequência, o CCAC nunca se absterá do exercício das suas funções, dando o seu melhor para o combate à corrupção, averiguando indícios ou notícias de factos que justifiquem fundadas suspeitas de actos de corrupção ou de fraude.

Para além disso, quanto aos casos de corrupção cuja origem se afigura mais complicada, ou que envolvam mais factores, as investigações dos casos concretos jamais serão suficientes para erradicar o problema. Assim, o CCAC, em função da classificação das situações, procederá, de forma progressiva, a estudos mais aprofundados e sistematizados. Tendo em conta os factores históricos e a realidade de Macau, há que descobrir as origens e os elos-chave de actos de fraude e de corrupção nas diversas áreas, procurando, em todas as vertentes, encontrar medidas mais eficazes para a erradicação do flagelo.

Tal como acontece com as outras actividades criminosas, os meios de prática da corrupção também eles evoluem diariamente. A luta permanente contra os infractores torna indispensável a existência de equipamentos adequados e de pessoal de investigação qualificado. Assim, no próximo ano, continuar-se-á, de forma sistemática e rigorosa, o reforço das acções de formação de pessoal, bem como o aperfeiçoamento progressivo dos diversos tipos de equipamento de investigação. Através dos meios tecnológicos e da elevação do nível profissional do pessoal, envidar-se-ão esforços para aumentar a capacidade geral de investigação e criar uma equipa de anti-corrupção moderna, altamente organizada e dotada de amplos conhecimentos.

A Lei sobre "Declaração e Controlo Público de Rendimentos e Interesses Patrimoniais" (vulgarmente denominada "Lei do Sol"), de 1998, entrou em vigor há já quase quatro anos. Para o aperfeiçoamento do seu trabalho nesta matéria, o CCAC fará um balanço dos resultados obtidos com a implementação do regime em causa e, conjugando as operações com a recolha de opiniões, levará a cabo uma avaliação global do regime, de

modo a que este se adapte melhor à realidade, tenha maior operacionalidade e permita uma fiscalização com melhores resultados.

A propósito das questões relacionadas com a recepção de vantagens por parte dos trabalhadores da Administração Pública e da prevenção do surgimento de oportunidades de corrupção devido à existência de zonas cinzentas no regime actual, o CCAC elaborou e submeteu à aprovação do Chefe do Executivo, um diploma com normas mais concretas. Uma vez publicado este diploma, caso o seja, será iniciada, de imediato, a sua ampla divulgação.

Tendo em vista a reforma administrativa e a diminuição das oportunidades favoráveis à corrupção e às irregularidades administrativas, será reforçado o trabalho de pesquisa. O CCAC procederá à análise e ao estudo global das leis e demais actos normativos, bem como do sistema e procedimentos vigentes, sobretudo no que respeita a matérias intimamente relacionadas com a vida da população, com vista à apresentação de propostas de alteração de normas injustas ou desactualizadas.

Relativamente às práticas indesejáveis que eventualmente ainda existam na Administração Pública, serão dadas orientações oportunas aos trabalhadores, a par da promoção de acções de sensibilização especialmente dedicadas à correcção dos males. Quanto às falhas provenientes do sistema, estas deverão ser integradas mediante propostas de alteração legislativa. Por outro lado, através do programa de formação para todos os trabalhadores da Administração Pública, inculcar-se-á nos mesmos a consciência da legalidade administrativa e da honestidade, no sentido de contribuir para a formação de uma equipa de funcionários honesta e isenta de corrupção.

Para além da determinação do Governo e da actuação do CCAC, a construção de uma sociedade incorrupta depende, também, do esforço conjunto dos funcionários e da população em geral. Neste contexto, a par da manutenção de uma comunicação de duplo sentido com os dirigentes dos serviços públicos, da recolha de opiniões e sugestões dos funcionários quanto às tarefas de anti-corrupção e de provedoria, e da realização sistemática de acções de sensibilização, o CCAC promoverá, através dos mais variados meios de comunicação, acções de divulgação e de sensibilização junto da população, sobre a construção de uma Administração incorrupta. Ao mesmo tempo que se divulga o bom costume da honestidade, procura-se que os cidadãos conheçam os seus direitos e interesses legítimos e saibam reclamar quando se depararem com injustiças.

As acções de sensibilização das novas gerações para que estas enraízem a consciência de legalidade e de honestidade constituem uma das tarefas mais importantes para a construção de uma Administração incorrupta. O CCAC estabelecerá relações de cooperação permanente com os estabelecimentos de ensino superior, realizando seminários periódicos dedicados ao tema anti-corrupção, por forma a reforçar o sentido de missão dos universitários quanto à sua participação na construção de uma sociedade honesta. O CCAC manterá, igualmente, contactos com as escolas primárias e secundárias, organizando, com elas, diversos tipos de actividades de sensibilização e, através da inclusão de matérias contra a corrupção nos currículos escolares, criar-se-á, gradualmente, nos alunos, a noção da importância da honestidade.

Sendo Macau um território pequeno mas com alta densidade populacional, onde as relações sociais são estreitas, as organizações e as associações privadas desempenham um papel activo na construção da sociedade. Nestes termos, o desenvolvimento e a manutenção de boas relações sociais são particularmente relevantes para a construção de uma sociedade incorrupta. O CCAC organizará, juntamente com as associações, actividades tendentes a uma ampla auscultação e recolha de opiniões, mobilizando os agentes da sociedade para um melhor desempenho das suas funções de prevenção e combate à corrupção, bem como para a elevação da eficácia da Administração Pública.

Além disso, com vista à prestação de serviços de atendimento mais acessíveis à população, de modo a que os contactos com ela sejam melhores e mais directos, será estudada a viabilidade da criação de delegações do CCAC noutras zonas, procurando-se assim aproximá-lo da população e melhor desenvolver o papel das relações sociais na construção de uma Administração incorrupta.

Quanto às relações externas, manter-se-á o bom relacionamento com as entidades congéneres do exterior e participar-se-á activamente nas actividades de intercâmbio com as organizações internacionais para o combate à corrupção e de provedoria de justiça. Manter-se-á, com as mesmas, uma troca de informações, intensificando a já estreita cooperação com os serviços congéneres da República Popular da China e da Região Administrativa Especial de Hong Kong.

Comissarido de Auditoria

Comissariado de Auditoria

Com base nos alicerces lançados no ano passado, o Comissariado desenvolveu os seus trabalhos e actividades de auditoria em 2001 de uma forma mais consistente e concluiu os projectos delineados, com mais eficácia e eficiência.

O Comissariado após conclusão da operação de auditoria da Conta Geral da R.A.E.M. do ano de 2000, apresentou o respectivo relatório, em duas partes, intitulado, respectivamente, "Relatório de Auditoria da Conta Geral de 2000" e "Relatório de Auditoria sobre Operações Financeiras de 2000".

O Comissariado tem divulgado vários relatórios de auditoria de resultados, em que foram dados a conhecer ao público os resultados e pareceres de auditoria relativos aos regimes e normas da Administração Pública que impliquem o uso de fundos públicos. Esses relatórios despertaram o interesse público e foram bem recebidos pelos serviços da Administração e cidadãos. O Comissariado tem continuado a desenvolver outros projectos no âmbito da auditoria de resultados.

O Comissariado realizou duas auditorias específicas a fim de conhecer as características da gestão orçamental dos serviços públicos, do cumprimento dos procedimentos legais e dos mecanismos de fiscalização.

O Comissariado iniciou também um conjunto de acções de divulgação que tinha como destinatários os serviços públicos. Realizou encontros e reuniões com os dirigentes de serviços para discutir em profundidade temas específicos desta área para reforçar a comunicação e cooperação mútua. O Comissariado, em colaboração com a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, organizou sessões de sensibilização sobre a auditoria de contas, que contou com a participacão de mais de 160 funcionários que diariamente tratavam das diversas tarefas de gestão orçamental e contabilística, conseguindo-se transmitir noções de boa gestão de recursos públicos.

O Comissariado difundiu, através da imprensa escrita, da rádio e televisão, ao público, informações sobre os trabalhos de auditoria da Administração, e com o lançamento de uma Página na Internet, permitiu-se a divulgação dos relatórios e dos dados de auditoria.

O Comissariado participou em vários seminários e conferências internacionais que tinham como tema os trabalhos de auditoria, chegando mesmo uma vez, a participar na conferência da "International Organization of Supreme Audit Institutions", integrado na delegação da República Popular da China. O Comissariado conseguiu estabelecer relações cordiais de cooperação com organizações internacionais, países e territórios desenvolvidos, no âmbito da auditoria de contas públicas, consolidando assim as bases para uma futura troca de experiências e informações.

Após dois anos de experimentação e prática, O Comissariado conseguiu definir gradualmente um quadro normativo e padrões de actuação para o órgão de auditoria da

Administração. O Comissariado está a desenvolver as suas actividades em cumprimento da missão que lhe foi atribuída por lei.

A auditoria da Conta Geral da R.A.E.M. e as contas de gerência dos Serviços Públicos continuará a ser, a curto e médio prazo, a tarefa prioritária do Comissariado. Além de proceder à auditoria global das contas, o Comissariado irá aprofundar a auditoria de gestão orçamental e contabilística, emitindo pareceres de auditoria sobre as insuficiências na gestão orçamental e contabilística bem como deficiências na conformidade legal e contabilística.

O Comissariado prosseguirá a análise, sob a forma de auditoria específica, do "regimes de controlo interno" da gestão orçamental dos serviços públicos. Pretende o Comissariado conhecer as metodologias de trabalho adoptadas pelos serviços públicos na gestão orçamental e contabilística, emitindo pareceres de auditoria a fim de auxiliar os serviços públicos da R.A.E.M. a edificar um sistema de gestão orçamental e contabilística padronizada e eficiente.

Em relação às matérias detectadas no decurso das operações de auditoria passíveis de análise especializada, incluindo a auditoria de serviços públicos já extintos ou reestruturados e que tinham sido objecto de fusão, estas continuarão a ser objecto de auditoria específica.

Perante as experiências relativas aos trabalhos de auditoria de resultados, o Comissariado continua a pesquisar com seriedade e aperfeiçoa, através da prática, a auditoria de resultados, uma área nova, a fim de garantir a eficiência e eficácia da auditoria de resultados. O Comissariado continua a dar especial atenção à utilização de recursos públicos e os dados recolhidos das diversas fontes serão avaliados com base em critérios de economia, eficiência e eficácia, definido os projectos de auditoria de resultados com rigor e métodos científicos, a fim de assegurar o melhor aproveitamento dos recursos públicos e a produção dos melhores efeitos.

O Comissariado irá continuar a promover acções de divulgação dos trabalhos de auditoria junto dos funcionários, generalizando junto dos mesmos os conhecimentos e as noções quanto à aplicação melhor dos recursos públicos; ao mesmo tempo, intensificará, por vários meios, as acções de divulgação junto da população, visando a melhor diálogo com a população e uma mais eficaz audição das suas preocupações.

O Comissariado intensificará as acções de formação profissional na área específica de auditoria, quer na R.A.E.M. quer no exterior, visando proporcionar novos conhecimentos e técnicas ao pessoal de auditoria, habilitando-os com instrumentos necessários para enfrentar os desafios do futuro.

Projecto de Orçamento das Receitas e Despesas da Região Administrativa Especial de Macau para o ano de 2002

Síntese

PROJECTO DE ORÇAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS
DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU
PARA O ANO DE 2002

- SINTESE -

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2002 Proposta	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2002 Proposta
RECEITAS CORRENTES	**9,223,578,900.00**	01-01 Governo da RAEM	11,055,000.00
		01-02 Gabinete do Chefe do Executivo	140,898,900.00
01 - Impostos Directos	6,967,951,400.00	01-03 Sec. Conselho Executivo	4,969,200.00
		01-06 Gab.Sec.para a Administração e Justiça	16,380,500.00
02 - Impostos Indirectos	724,600,000.00	01-07 Gab.Sec.para a Economia e Finanças	34,551,700.00
		01-08 Gab.Sec.para a Segurança	13,329,300.00
03 - Taxas, Multas e Outras Penalidades	270,051,000.00	01-09 Gab.Sec.para os Assuntos Sociais e Cultura	2,054,562,000.00
		01-10 Gab.Sec.para os Transportes e Obras Públicas	68,150,000.00
04 - Rendimentos de Propriedade	1,050,670,000.00	01-11 Gab. Coordenadores de Empreendimentos	21,640,400.00
		01-12 Delegação Económica e Comercial de Macau-China, em Portugal	13,100,000.00
05 - Transferências	159,711,500.00	01-13 Delegação Económica e Comercial de Macau (Junto da União Europeia)	7,215,700.00
		01-15 Delegação da RAEM em Pequim	31,235,000.00
06 - Venda de Bens Duradouros	600,000.00	03-00 Dir. Serv. Administração e Função Pública	113,779,100.00
		05-00 Dir. Serv. Educação e Juventude	973,525,100.00
07 - Venda de Serviços e Bens não Duradouros	29,645,000.00	07-00 Dir. Serv. Estatística e Censos	78,064,400.00
		09-00 Dir. Serv. Finanças	160,400,100.00
08 - Outras Receitas Correntes	20,350,000.00	10-00 Enc. da Dívida Pública	-
		11-00 Pensões e Reformas	7,150,000.00
		12-00 Despesas Comuns	2,259,678,400.00
		13-00 Gab. Apoio ao Ensino Superior	11,000,000.00
RECEITAS DE CAPITAL	**910,727,000.00**	18-00 Dir. Serv. Identificação	42,821,500.00
		19-00 Dir. Serv. Economia	83,702,000.00
09 - Venda de Bens de Investimento	3,000,000.00	20-00 Estabelecimento Prisional de Macau	117,645,000.00
		21-00 Serv. Alfândega da RAEM	257,260,000.00
10 - Transferências	-	22-00 Dir. Serv. Meteorológicos e Geofísicos	33,736,800.00
		23-00 Dir. Serv. Turismo	65,445,000.00
11 - Activos Financeiros	-	24-00 Gabinete de Comunicação Social	41,657,100.00
		25-00 Serviços de Polícia Unitários	19,882,000.00
12 - Passivos Financeiros	-	26-00 Inspecção e Coordenação de Jogos	53,238,600.00
		27-00 Capitania dos Portos	86,907,600.00
13 - Outras Receitas de Capital	877,727,000.00	28-00 Dir. Serv. Forças de Segurança de Macau	1,073,635,000.00
Saldos dos anos económicos findos	877,727,000.00	29-00 Dir. Serv. Trabalho e Emprego	79,522,000.00
		30-00 Conselho dos Magistrados Judiciais	620,000.00
14 - Reposições não Abatidas nos Pagamentos	30,000,000.00	31-00 Dir. Serv. Cartografia e Cadastro	32,069,900.00
		32-00 Polícia Judiciária	135,768,000.00
15 - **Contas de Ordem**	**2,239,448,500.00**	34-00 Dir. Serv. de Assuntos de Justiça	145,835,100.00
		35-00 Dir. Serv. Solos, Obras Públicas e Transportes	108,714,000.00
		37-00 Instituto do Desporto	39,000,000.00
		38-00 Instituto Cultural	96,161,500.00
		40-00 Investimentos do Plano	1,600,000,000.00
		50-00 Contas de Ordem	**2,239,448,500.00**
TOTAL	**12,373,754,400.00**	**TOTAL .....**	**12,373,754,400.00**